

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA
FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA**

MARINA ALISSA VIEIRA FASSINE

**DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRÍTICA
DAS TEORIAS DA RESTAURAÇÃO**

CURITIBA

2021

MARINA ALISSA VIEIRA FASSINE

**DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRÍTICA
DAS TEORIAS DA RESTAURAÇÃO**

**Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Direito do Centro
Universitário Curitiba.**

Orientadora: Prof. Dr^a Karla Pinhel Ribeiro

**CURITIBA
2021**

MARINA ALISSA VIEIRA FASSINE

**DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DE UMA ANÁLISE CRÍTICA
DAS TEORIAS DA RESTAURAÇÃO**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Direito
do Centro Universitário Curitiba, pela Banca Examinadora formadas pelos
professores:

Orientadora: Prof. Dr^a Karla Pinhel Ribeiro

Prof. Membro da Banca

Curitiba, de de 2021

Ao destino,
Que tem sido tão generoso comigo.

AGRADECIMENTOS

Há um mito de que estudar, pesquisar e escrever são atividades solitárias. Acontece que tal suposição não se aplica ao meu caso. Vez que em nenhum momento me senti só, pelo contrário, senti o apoio e a solidariedade de todos, constantemente.

Porém, nomear e delimitar as pessoas a quem devo agradecer é um tanto complicado, porque esse trabalho só foi possível graças a todos os estímulos e interações que tive com longo de minha vida. Familiares, amigos, professores, lugares, conhecidos e, inclusive alguns desconhecidos. Razão pela qual gostaria de compartilhar a autoria desse trabalho com todos aqueles que me guiaram, inspiraram, sensibilizaram e contribuíram para a minha percepção do mundo.

Mas dentre todos os que colaboraram – e colaboram – para a construção do meu ser, gostaria de agradecer principalmente à minha família. A qual me deu – e me dá – o suporte necessário para que eu me empodere. Juntamente aos meus pais, Claudio Fassine e Lucia Maria de Lima Vieira Fassine, e irmã, Mariana Vieira Barion Barzon, os quais me incentivaram a sonhar e me permitiram desmistificar o “impossível”.

“Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro em um acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo”.
(Caetano Veloso)

RESUMO

Os monumentos são patrimônios culturais que, em razão de sua constituição física, sofrem, de forma direta, os impactos provenientes da passagem do tempo. De forma que o agir temporal e o uso da coisa provocam alterações na estrutura física dos artefatos. Em se tratar de um Direito Humano ao patrimônio cultural, os entes edificados devem ser preservados, uma vez que o contato da sociedade para com esses é determinante para o autorreconhecimento dos sujeitos como membro de uma coletividade. Visando propiciar um monumento saudável, capaz de interagir para com a sociedade – no sentido de prestar testemunho da história local –, a retardar os efeitos do tempo, há diversas correntes teóricas que versam sobre conservação e restauro. Ocorre que essas não devem pautar-se meramente em critérios técnicos e estilísticos, mas sim subjetivos. Pois em se tratar de um patrimônio cultural, o objeto jurídico por eles resguardado é a memória coletiva. Desse modo, pretende-se identificar o conteúdo ontológico existente em um monumento, posto que é o conteúdo essencial que possui a capacidade de instigar elementos memoriais. De forma que o ser de um monumento é o objeto legítimo do ato de restauro.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Patrimônio cultural. Ontologia. Metafísica. Restauro.

ABSTRACT

Monuments are cultural heritage that, due to their physical constitution, directly suffer the impacts of time. So that the temporal action and the usage causes changes in the physical structure of the artifacts. Considering it is a cultural heritage human right, the built entities must be preserved, since the contact of society with them is decisive for the self-recognition of the subjects as a member of a community. In order to provide a healthy monument, capable of interacting with society - in order to bear witness to the local history -, to delay the effects of time, there are several theoretical currents that deal with conservation and restoration. It turns out that these theories should not be based merely on technical and stylistic criteria, but subjective ones. When it comes to a patrimony, the safeguarded object is collective memory. In this way, it is intended to identify the ontological content existing in a monument, since it is the essential content that has the ability to instigate memorial elements. Therefore, the being of a monument is the legitimate object of the restoration act.

Key-words: Human rights. Cultural heritage. Ontology. Metaphysics. Restoration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DIREITO HUMANO AO PATRIMÔNIO CULTURAL	11
2.1 O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL	18
2.2 DO OBJETO JURÍDICO DO DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL:	
A MEMÓRIA COLETIVA	21
2.2.1 Dos locais de memória	21
2.2.2 Abstração: Relação interpessoal da identidade cultural para com o patrimônio.	22
3 O TEMPO E A RUÍNA	26
4 A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO	33
4.1 RESTAURO ESTILÍSTICO	36
4.2 ANTI-RESTAURO	37
4.3 O RESTAURO FILOLÓGICO	41
4.4 RESTAURO HISTÓRICO	45
4.5 RESTAURO CIENTÍFICO	45
4.6 CARTA DE ATENAS	48
4.7 O RESTAURO CRÍTICO	49
4.8 CARTA DE VENEZA	50
5 ONDE RESGUARDA O SER NO MONUMENTO	52
5.1 O SER SEGUNDO PARMÊNIDES	58
5.1.1 Sobreposição da Teoria Ontológica de Parmênides sobre o monumento	60
5.2 O SER SEGUNDO HERÁCLITO	63
5.2.1 Sobreposição da Teoria Ontológica de Heráclito sobre o monumento	66
5.3. O ENCONTRO DO SER DO MONUMENTO PARA COM AS TEORIAS	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o patrimônio cultural edificado na acepção de Direito Humano. Tem como objetivo delimitar, através de uma análise crítica das teorias que versam sobre o ato de restauro, qual seria o objeto do ato de conservação e restauro, com o intuito de proteger o objeto jurídico do Direito humano ao patrimônio cultural.

As razões que levaram a esse estudo possuem cunho existencial, uma vez que a sensibilização para tal tema se deu através de experiência de cunho pessoal – há tempos tive o privilégio de residir em frente a uma catedral em estilo românico, a Sé Velha de Coimbra. Em contato com essa fortaleza edificada, pude perceber e vivenciar o entrelaçamento social em volta de um e, para com um monumento. Contexto o qual me permitiu experimentar de forma ativa a elevação, através da socialização, de um ente edificado, a princípio desprovido de significado, à condição de membro do corpo social¹ –.

A reconhecer o potencial de afetação social dos monumentos, observou-se que esses requerem análise sensibilizada, a qual não há de se pautar em puro tecnicismo, no que diz respeito ao conceito de patrimônio e na prática de procedimentos técnicos a serem realizados, tais como atos de restauro.

Assim, através do método hermenêutico-dialético, estuda-se como o monumento edificado há de se relacionar para com o escopo social no qual está inserido; a possibilitar identificar o objeto jurídico do patrimônio, o qual há de alvo de proteção por meio do ato de restauro, através de suposições ontológicas.

O trabalho será dividido em cinco capítulos. No segundo analisa-se a concepção de direitos humanos a partir da acepção histórica, gerações de direitos fundamentais até o reconhecimento de direitos difusos, entre eles o Direito Humano ao Patrimônio Cultural. Busca-se delimitar o objeto jurídico por esse protegido.

No capítulo seguinte utiliza-se de abstração para demonstrar o fluxo temporal e as possíveis interações desse para com um ente edificado. No quarto capítulo explana-se as principais teorias que tratam sobre a temática da conservação e

¹ Afirmo isso por acepção própria, na condição de interlocutora e sujeito que viveu tal socialização. Uma vez que a Sé Velha de Coimbra é Patrimônio Mundial da Unesco.

restauro, precisamente no que diz respeito ao objeto que essas consideram digno de cuidados.

O quinto capítulo versa sobre a ontologia existente em um monumento a partir dos filósofos pré-socráticos, Heráclito de Éfeso e Parmênides de Eleia. De modo que ao reconhecer “o ser” de um monumento possibilita-se elencar o conteúdo a ser objeto de restauro.

Assim, busca-se compreender qual seria o objeto a ser restaurado de um patrimônio cultural edificado através do estudo da ontologia existente em um monumento.

2 DIREITO HUMANO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

A ideia de proteção ao patrimônio cultural passou a ser alvo de discussões jurídicas na medida em que foi reconhecido como um Direito Humano. Segundo Bobbio, “Os direitos humanos não são um dado da natureza ao modo do jusnaturalismo. São um construído jurídico historicamente voltado para o aprimoramento político da convivência coletiva”². Ao contrário do que se espera de uma ordem jusnaturalista, Direitos Humanos não são inerentes ao homem, mas apenas foram reconhecidos na medida em que a sociedade observou a necessidade de sua proteção, com a finalidade de viabilizar a convivência coletiva.

Logo, o que embasou a averiguação desses Direitos foram mudanças paradigmáticas. O indivíduo passou a ser visto como organismo essencial a coesão social³. Deixando de ser aquele que abre mão de seus direitos em favor de um aristocrata⁴, mas compreendido a partir de uma concepção individualista de sociedade, a qual o entende como digno de Direitos. Portanto, passou-se a reconhecer a necessidade de um corpo social formado por indivíduos passíveis de proteção individual⁵.

² BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. ix.

³ “Na medida em que a constituição social é segmentária, cada segmento tem seus órgãos próprios que são como que protegidos e mantidos a distância dos órgãos semelhantes por meio das paredes que separam os diferentes segmentos. Mas, à medida que as paredes desaparecem, é inevitável que os órgãos similares se alcancem, entrem em luta e se esforcem por substituir-se uns aos outros. Ora, como quer se faça essa substituição, dela não pode deixar de resultar algum progresso no caminho da especialização. Porque, de um lado, o órgão segmentário que triunfa, se assim podemos falar, não pode bastar para a tarefa mais vasta que lhe cabe doravante, a não ser graças a uma maior divisão do trabalho; e, de outro lado, os vencidos só se podem manter concentrando-se apenas numa parte da função total que até então desempenhavam. O pequeno patrão torna-se contramestre, o pequeno comerciante, empregado, etc. Aliás, essa parte pode ser mais ou menos considerável, conforme a inferioridade seja mais ou menos acentuada. Acontece até de a função primitiva se dissocia simplesmente em duas frações de igual importância. Em vez de entrarem ou permanecerem em concorrência.” DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Traduzido por Eduardo Brandão. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 267.

⁴ Rousseau, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵ “Para outros fins de conhecimento (por exemplo, jurídicos) ou para finalidades práticas, por outro lado, pode ser conveniente e mesmo inevitável tratar de determinadas formações sociais (“Estado”, “cooperativa”, “sociedade por ações”, “fundação”) como se fossem indivíduos (por exemplo, como detentores de direitos e deveres ou como agentes em ações juridicamente relevantes). Para a interpretação compreensível das ações pela Sociologia, ou contrário, essas formações nada mais são do que desenvolvimentos e concatenações de ações específicas de pessoas individuais, pois só estas são portadoras compreensíveis para nós de ações orientadas por um sentido.” WEBER, Max.

Esses Direitos tiveram um caminhar lento e gradativo. São considerados históricos vez que apenas passaram a ser observados na Idade Moderna em razão de circunstâncias sociais⁶. Como defendido por Norberto Bobbio:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.⁷

De forma que, apenas em razão da gradação histórica foram identificados. Através de uma perspectiva fragmentada do discurso histórico-evolutivo, é possível organizar o reconhecimento dos Direitos Humanos através de gerações⁸. As quais

Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Traduzido por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Volume 1, 3ª ed. Brasília: UnB, 2000, p. 9.

⁶ “Conversão universal em direito positivo dos direitos do homem, [...] Também os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem. A expressão “direitos do homem”, que é certamente enfática – ainda que oportunamente enfática –, pode provocar equívocos, já que faz pensar na existência de direitos que pertencem a um homem abstrato e, como tal, subtraídos ao fluxo da história, a um homem essencial e eterno, de cuja contemplação derivaríamos o conhecimento infalível dos seus direitos e deveres. Sabemos hoje que também os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação.” BOBBIO, 2004, p. 31 - 32.

⁷ Ibid., p. 5.

⁸ A noção de direitos humanos a partir do estudo das gerações encontra-se desatualizada, servindo como mero aparato para retrospectiva histórica do reconhecimento dos Direitos. Vez que retrata a ordem econômica e a política internacional de sua época. Na Conferência de Viena de 1993, reconheceu-se uma Teoria mais aplicável, a qual descreve um mundo pós queda do muro de Berlim. Não havendo de se falar em separação entre Direitos, sendo esses “universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos, globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase” **DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS**, Viena, 1993. Nesse sentido, André de Carvalho Ramos leciona “Não há um ponto exato que delimite o nascimento de uma disciplina jurídica. Pelo contrário, há um processo que desemboca na consagração de diplomas normativos, com princípios e regras que dimensionam o novo ramo do Direito. No caso dos direitos humanos, o seu cerne é a luta contra a opressão e busca do bem-estar do indivíduo; consequentemente, suas “ideias-âncoras” são referentes à justiça, igualdade e liberdade, cujo conteúdo impregna a vida social desde o surgimento das primeiras comunidades humanas. Nesse sentido amplo, de impregnação de valores, podemos dizer que a evolução histórica dos direitos humanos passou por fases que, ao longo dos séculos, auxiliaram a sedimentar o conceito e o regime jurídico desses direitos essenciais. A contar dos primeiros escritos das comunidades humanas ainda no século VIII a.C. até o século XX d.C., são mais de vinte e oito séculos rumo à afirmação universal dos direitos humanos, que tem como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Assim, para melhor compreender a atualidade da “era dos direitos”, incursionamos pelo passado, mostrando a contribuição das mais diversas culturas à formação do atual quadro normativo referente aos direitos humanos. Porém, não se pode medir épocas distantes da história da humanidade com a régua do presente. Deve-se evitar o anacronismo, pelo qual são utilizados conceitos de uma época para avaliar ou julgar fatos de outra. Essas diversas fases conviveram, em sua época respectiva, com institutos ou posicionamentos que hoje são repudiados, como a escravidão, a perseguição religiosa, a exclusão das minorias, a submissão da mulher, a discriminação contra as pessoas com deficiências de todos os tipos, a autocracia e outras formas de organização do poder e da sociedade ofensivas ao

seguem a lógica cronológica no sentido de promoção à liberdade, igualdade e a fraternidade, como ensina Bobbio:

Como todos sabem, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado; num segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais - concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não impedimento, mas positivamente, como autonomia - tiveram como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade no Estado); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências - podemos mesmo dizer, de novos valores -, como os do bem-estar e da igualdade não apenas formal, e que poderíamos chamar de liberdade através ou por meio do Estado. Se tivessem dito a Locke, campeão dos direitos de liberdade, que todos os cidadãos deveriam participar do poder político e, pior ainda, obter um trabalho remunerado, ele teria respondido que isso não passava de loucura. E, não obstante, Locke tinha examinado a fundo a natureza humana; mas a natureza humana que ele examinara era a do burguês ou do comerciante do século XVIII, e não lera nela, porque não podia lê-lo daquele ângulo, as exigências e demandas de quem tinha uma outra natureza ou, mais precisamente, não tinha nenhuma natureza humana (já que a natureza humana se identificava como a dos pertencentes a uma classe determinada). Ora, a Declaração Universal dos Direitos do Homem - que é certamente, com relação ao processo de proteção global dos direitos do homem, um ponto de partida para uma meta progressiva, como dissemos até aqui - representa, ao contrário, com relação ao conteúdo, isto é, com relação aos direitos proclamados, um ponto de parada num processo de modo algum concluído. Os direitos elencados na Declaração não são os únicos e possíveis direitos do homem: são os direitos do homem histórico, tal como este se configurava na mente dos redatores da Declaração após a tragédia da Segunda Guerra Mundial, numa época que tivera início com a Revolução Francesa e desembocara na Revolução Soviética. Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e a intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida

entendimento atual da proteção de direitos humanos. Por isso, devemos ser cautelosos no estudo de códigos ou diplomas normativo do início da fase escrita da humanidade, ou de considerações de renomados filósofos da Antiguidade, bem como na análise das tradições religiosas, que fizeram remissão ao papel do indivíduo na sociedade, mesmo que parte da doutrina se esforce em tentar convencer que a proteção de direitos humanos sempre existiu. Na realidade, a universalização dos direitos humanos é uma obra ainda inacabada, mas que tem como marco a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, não fazendo sentido transpor para eras longínquas o entendimento atual sobre os direitos humanos e seu regime jurídico. Contudo, o estudo do passado – mesmo as raízes mais longínquas – é indispensável para detectar as regras que já existiram em diversos sistemas jurídicos e que expressaram o respeito a valores relacionados à concepção atual dos direitos humanos. Para sistematizar o estudo das fases anteriores rumo à consagração dos direitos humanos, usamos a própria Declaração Universal de 1948, para estabelecer os seguintes parâmetros de análise das contribuições do passado à atual teoria geral dos direitos humanos: 1) o indicativo do respeito à dignidade humana e igualdade entre os seres humanos; 2) o reconhecimento de direitos fundado na própria existência humana; 3) o reconhecimento da superioridade normativa mesmo em face do Poder do Estado e, finalmente, 4) o reconhecimento de direitos voltados ao mínimo existencial. RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020, p. 34 - 35.

humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, para novas demandas de liberdade e de poderes. Para dar apenas alguns exemplos, lembro que a crescente quantidade e intensidade das informações a que o homem de hoje está submetido faz surgir, com força cada vez maior, a necessidade de não se ser enganado, excitado ou perturbado por uma propaganda maciça e deformadora; começa a se esboçar, contra o direito de expressar as próprias opiniões, o direito à verdade das informações. No campo do direito à participação no poder, faz-se sentir na medida em que o poder econômico se torna cada vez mais determinante nas decisões políticas e cada vez mais decisivo nas escolhas que condicionam a vida de cada homem - a exigência de participação no poder econômico, ao lado e para além do direito (já por toda parte reconhecido, ainda que nem sempre aplicado) de participação no poder político. O campo dos direitos sociais, finalmente, está em contínuo movimento: assim como as demandas de proteção social nasceram com a revolução industrial, é provável que o rápido desenvolvimento técnico e econômico traga consigo novas demandas, que hoje não somos capazes nem de prever. A Declaração Universal representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre. Quero dizer, com isso, que a comunidade internacional se encontra hoje diante não só do problema de fornecer garantias válidas para aqueles direitos, mas também de aperfeiçoar continuamente o conteúdo da Declaração, articulando-o, especificando-o, atualizando-o, de modo a não deixá-lo cristalizar-se e enrijecer-se em fórmulas tanto mais solenes quanto mais vazias. Esse problema foi enfrentado pelos organismos internacionais nos últimos anos, mediante uma série de atos que mostram quanto é grande, por parte desses organismos, a consciência da historicidade do documento inicial e da necessidade de mantê-lo vivo fazendo-o crescer a partir de si mesmo. Trata-se de um verdadeiro desenvolvimento (ou talvez, mesmo, de um gradual amadurecimento) da Declaração Universal, que gerou e está para gerar outros documentos interpretativos, ou mesmo complementares, do documento inicial.⁹

Os Direitos Humanos de primeira geração expressam um ideal de liberdade. Dizem respeito a Direitos que não dependem diretamente da assistência por parte do Estado, contempla uma matéria que é própria e essencial a condição humana, a liberdade. Logo, nessa dimensão de direitos há uma valorização do indivíduo, e o Estado é chamado a assumir uma postura abstencionista.

Em oposição à primeira, a segunda geração de Direitos Humanos reconhece a necessidade de promoção dos Direitos Sociais através de um papel participativo por parte do Estado, visando à promoção de condições que antes foram suprimidas, vez que se tratava de um contexto que apenas considerava as liberdades individuais. Extraindo um ideal de igualdade na sociedade.

⁹ BOBBIO, 2004, p. 32-34.

Impulsionado pelos Direitos de Segunda Geração, os de Terceira Geração despontaram com o dever de manutenção de garantias. A medida em que foram reconhecidos os direitos individuais, busca-se assegurar a manutenção de tais conquistas sociais. Denominados direitos de solidariedade:

Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem – que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens – ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo.¹⁰

Essa dimensão de Direitos compreende aqueles reconhecidos nas gerações anteriores. Estendendo sua manta protetora sobre a sociedade como um todo; os sujeitos são indeterminados e os ideais que necessitam proteção são múltiplos.

Tal amplitude de Direitos teve como escopo de seu reconhecimento as mudanças sociais decorrentes das guerras e crises mundiais do século XX, para além dos reflexos da globalização.

Contempla Direitos metaindividuais, transgeracionais e globais; chamados Direitos difusos. Os quais consideram os impactos da revolução informacional no convívio social, a promover uma proteção que contempla toda a sociedade – independente de qualquer particularidade cultural – dando origem ao ideal de Direito comum, como gênero. Em se tratar de Direitos universais, esses utilizam uma lente graduada pelo ideal de fraternidade.

Essa dimensão busca salvaguardar conteúdos plurais e seu destinatário é toda a humanidade. A reconhecer o Direito a um meio ambiente equilibrado, a paz, a comunicação, autodeterminação e ao desenvolvimento dos povos. Desse rol exemplificativo extrai-se o entendimento de que o Patrimônio Cultural é um Direito humano. Uma vez que, há iminente massificação em razão da globalização. Assim, cabe às sociedades descobrirem, resgatarem e preservarem suas memórias.

É a patrimonialização da vida, que se vê assaltada pela rápida transformação e pela ameaça de massificação, imposta pelo mundo globalizado, impelindo as sociedades contemporâneas na árdua tarefa de (re)descobrir, resgatar e preservar memórias, quaisquer que sejam.¹¹

¹⁰ BOBBIO, 2004, p. 6.

¹¹ CUNHA, Claudia dos Reis e. **Restauração**: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan. 174 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010).

Realizada uma breve contextualização histórica, do reconhecimento de Direitos tidos como humanos. É necessária análise terminológica do substantivo que é alvo de nosso estudo. Afinal, todo signo apresenta uma carga valorativa. Possuindo o “Patrimônio” a seguinte definição:

Patrimônio
Pa.tri.mô.ni.o
SM,
1. Herança paterna.
2. Bens de família.
3. RELIGIÃO. Em tempos passados, bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico.
4. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade.
ETIMOLOGIA: lat patrimonium¹²

O substantivo patrimônio apresenta uma carga valorativa de transmissibilidade. Constituído por um legado que será repassado a outro sujeito. Essa herança, segundo a definição, pode apresentar como destinatário a coletividade, ou, levando essa interpretação à extensão decorrente de sua condição de Direito Humano, a humanidade. Pode ser compreendido em bens morais, materiais e patrimoniais. Porém o conteúdo jurídico por esse resguardado não é prefixado. Após explicação terminológica da palavra “pa.tri.mô.ni.o” pode-se abstrair o significado de que esse é composto por bens e coisas de conteúdo não específico – acervo que pode sofrer modificações – o qual será transmitido à outro sujeito, no caso, a humanidade. No sentido de que:

A palavra patrimônio remete refletir questões advindas e relacionadas sobre herança, e esta, pode ser coletiva ou individual, herdado dos nossos familiares e/ou deixado para as próximas gerações. A arquitetura que integra a paisagem é um modelo de patrimônio – interessante, vivo e coletivo (mesmo que em âmbito individual). O patrimônio arquitetônico contribui, de forma significativa, no diálogo com o contexto urbano e no planejamento e desenvolvimento do mesmo, pois interage diretamente com a paisagem e seu entorno, conferindo informações e possibilidades de imaginação de quem o observa. Nessa perspectiva, Vilanova (2013), afirma que preservar é defender, proteger e resguardar – é exercer o direito à cidadania, à memória e à identidade.

¹² PATRIMÔNIO. In: MICHAELIS. Disponível em: <<http://http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=patrim%C3%B4nio>>. Acesso em 4 mar. 2020.

É pertinente considerar que o patrimônio arquitetônico constitui-se no coletivo, por grupos diversos e de grande interesse para a sociedade, haja visto, que a salvaguarda da arquitetura é importante quando associada à coletividade e à preservação da memória urbana. A memória é uma aliada para a construção da identidade do corpo social e colabora para o entendimento da trajetória humana, ajudando a compreender as ações de planejamento e desenvolvimento urbano das cidades. Dessa forma, preservar é essencial para o entendimento do que nossos antepassados pensavam e como viam o mundo, pois a arquitetura, vista como arte e patrimônio, é o reflexo dos nossos pensamentos, sentimentos e demais subjetividades.¹³

Sendo assim, abstrai-se que ao proteger o patrimônio cultural preserva-se fatores culturais, e intensifica-se a possibilidade transmissão às gerações futuras, ato que contempla toda a humanidade. De modo que sua proteção se torna interesse da coletividade.

Segundo o jurista francês Pierre-Laurent Frier, no livro o *Droit du patrimoine culturel*; o conceito de patrimônio cultural consiste em:

Conjunto de marcas ou vestígios da atividade humana que uma comunidade considera como essenciais para a sua identidade e sua memória coletiva e que deseja preservar a fim de as transmitir às gerações vindouras.¹⁴

Tal conceito observa uma visão restritiva do patrimônio cultural. Em razão de apenas observar os bens culturais – produtos da atividade humana, a contemplar objetos e monumentos, os quais não necessariamente necessitam de uma vocação artística – bastando a representatividade histórica e etnológica. Segundo Frier¹⁵, essa concepção de bens culturais foi atribuída pela Convenção de Haia de 14 de maio de

¹³ OLIVEIRA, T. D. DE; MUSSI, A. Q.; ENGERROFF, F. Z. A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano. **Revista Missioneira**, v. 22, n. 1, p. 24, 15 ago. 2020.

¹⁴ “*Il y a des traces des activités humaines qu’une société considère comme essentielles, pour son identité et sa mémoire collective et qu’elle souhaite préserver afin de les transmettre aux générations futures.*” FRIER, Pierre Laurent, **Droit du patrimoine**. 1 vol. Paris, 1997, p.13, tradução nossa.

¹⁵ “Os edifícios de interesse arquitetônico (monumentos históricos, complexos urbanos, sítios arqueológicos) são portanto considerados bens culturais pela Convenção de Haia de 14 de maio de 1954 sobre o patrimônio cultural (<<bens de grande importância para o patrimônio cultural dos povos>>). Art 1, a) é diretamente aos elementos considerados patrimônio cultural no que se refere ao patrimônio mundial de 16 de novembro de 1972.” “*les immeubles d'intérêt architectural (monuments historiques, ensembles urbains, sites archéologiques) sont ainsi considérés comme des biens culturels par la convention de La Haye du 14 mai 1954 liés au patrimoine culturel (<< biens qui présentent une grande importance pour le patrimoine culturel des peuples >> art 1, a) et directement comme éléments de ce patrimoine culturel dans celle relative au patrimoine mondial du 16 du novembre 1972.*” FRIER, p.15.

1954. A qual não reconhecia a existência de patrimônios culturais naturais, ou imateriais.

O direito internacional utiliza-se de uma concepção ampla da ideia de patrimônio cultural com origem nas Convenções sob égide da UNESCO em 1970 e 1972; as quais estendem o entendimento de Patrimônio Cultural da Humanidade; considerando a existência de patrimônio cultural e de patrimônio natural.

2.1 O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL

A dicotomia enfrentada pelo Direito internacional teve origem com o professor francês Hugues de Varine-Bohan¹⁶, que compreendia patrimônio cultural como um conceito abrangente, formado por recursos da humanidade e recursos naturais. Do qual derivam três categorias de patrimônios: os recursos naturais; o tecnicismo ou saber fazer, formando um patrimônio imaterial, intangível; e por último, os artefatos, classificados como patrimônio material, os quais incluem o objeto desse estudo. Tal classificação é explanada por Carlos A. C. Lemos:

Se devemos preservar as características de uma sociedade, teremos forçosamente que manter conservadas as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas implícitas no meio ambiente e no seu saber. Acima, empregamos a expressão “devemos preservar” como sendo uma obrigação, o que é correto, o que é correto, já que a todos só pode interessar a ideia ligada à salvaguarda de nossa identidade cultural. Para tanto, viu-se a necessidade de uma amostragem cultural de bens tangíveis e de um elenco de bens de natureza imaterial ligados ao conhecimento, que possam representar os variados estágios da evolução de nosso patrimônio cultural.¹⁷

Os bens culturais não necessariamente serão entendidos como obra de arte; sendo requisito necessário a esse enquadramento a elucidação a elementos memoriais condizentes ao contexto histórico-social no qual está inserido. Na tentativa de demonstrar a importância do artefato para a sociedade e vice-versa, Carlos A. C. Lemos explica:

Um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdida de dependências e entrelaçamentos

¹⁶ VARINE-BOHAN, Hugues. **A experiência internacional**: notas de aula. São Paulo: FAU-USP, 1974.

¹⁷ LEMOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: brasiliense, 2010, p. 26.

de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu.¹⁸

Logo, a existência de uma universalidade de coisas entendida como Patrimônio Cultural é consequência da necessidade de se proteger a identidade de um determinado grupo, a função social, que se entende como causa e consequência, é a capacidade de memorar. Assim, bens culturais apenas recebem essa classificação quando há finalidade de transmissão cultural. Ao considerar apenas aqueles que apresentam características artísticas, contamos com uma visão restritiva do conceito de bens culturais.

Para a nossa tarefa, torna-se uma condição muito importante esclarecer completamente essa diferença quanto à essência do valor da arte, pois, para a preservação dos monumentos, esse princípio orientador terá uma influência decisiva. Se não existe um valor da arte eterno, mas apenas relativo, moderno, o valor da arte de um monumento não é um valor de memória, mas um valor de atualidade. A preservação dos monumentos deve levar em consideração esse valor presente, pois sendo até certo ponto o valor atual prático oposto ao valor histórico de memória do passado, necessita de atenção mais urgente, uma vez que ele acaba por eliminar o conceito de “monumento”. Reconhecendo que essa concepção da essência do valor da arte se impôs de forma inexorável nos últimos tempos como resultado final de toda a imensa atividade de pesquisa de história da arte do século XIX, não se poderá falar mais no futuro de “monumentos históricos e da arte”, mas somente de “monumentos históricos”.¹⁹

Em razão da dimensão patrimonial ser atribuída pela função de preservar valores e garantir transmissibilidade as gerações futuras. Deve ser distinguido bens culturais dos bens patrimoniais, como afirma Pierre Laurent Frier:

os bens culturais e patrimoniais devem ser distinguidos, mesmo que na linguagem cotidiana e na linguagem da lei, dois termos tendem a ser confusos. Qualquer produção humana ou, se considerarmos a palavra cultura em seu sentido restritivo vinculado à produção artística, qualquer obra de arte é um bem cultural; não possui necessariamente uma dimensão patrimonial se não houver apropriação para fins de transmissão. Testemunhas etnológicas, colecionáveis ou conjuntos arquitetônicos do passado são bens culturais dignos de pesquisas e conhecimentos científicos, só se tornam patrimônios quando há apropriação simbólica e vontade de transmitir.²⁰

¹⁸ LEMOS, p. 12.

¹⁹ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 35 - 36.

²⁰ “*Biens culturels et biens patrimoniaux devraient être distingués, même si dans le langage courant comme dans la langue du droit, les deux terms tendente à se confondre. Toute production humaine ou, si l'on prend le mot culture dans son acception restrictive liée à la production artistique, toute oeuvre d'art est un bien culturel; elle n'a pas obligatoirement une dimension patrimoniale s'il n'y a p*

Partindo do axioma de que o patrimônio compreende elementos tangíveis e intangíveis. Composto pelo objeto e pela emoção que esse é capaz de provocar nos indivíduos da sociedade a qual pertence. Sensibilidade que apenas alcança tal status em razão da história, filosofia, política, religião e costumes locais. Desse modo, entende-se que a essência do patrimônio é o sentimento – não o objeto em si – e que quando desprovido da capacidade de emocionar, se trata apenas de um bem cultural.

O bem patrimonial é um signo que inconscientemente é capaz de provocar sentimento de familiaridade naquele que o observa. Essa identificação é resultante da variável formada pelo bem cultural e particularidades culturais. Ainda, é o elemento que justifica a existência do Direito Humano ao Patrimônio Cultural.

É essencial observar que ao realizar a decomposição do Direito Humano ao Patrimônio Cultural, o objeto jurídico guarnecido é a memória coletiva. A qual é responsável pelo entrelaçamento dos indivíduos na sociedade civil. Dado que os envolve em um sentimento de identidade e posterior pertencimento aquela estrutura social.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.²¹

Tal movimento ocorre na medida em que são transmitidas às gerações vindouras as experiências do passado. Conectando os indivíduos através de uma memória compartilhada que indiretamente contribui para a manutenção da coesão social.

2.2 DO OBJETO JURÍDICO DO DIREITO AO PATRIMÔNIO CULTURAL: A MEMÓRIA COLETIVA

d'appropriation aux fins de transmission. Témoins ethnologiques, objets de collection ou ensembles architecturaux du passé sont des biens culturels dignes d'une recherche et d'une connaissance scientifique, ils ne deviennent patrimoniaux qu'à partir du moment où il y a appropriation symbolique et volonté de transmission" FRIER, 1997, p.15..

²¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. Paris: Vêitice, 1990, p. 26.

O ato de memorar é sempre amparado por fatores externos, que funcionam como gatilhos. Elementos auxiliam na manutenção de uma memória. Assim, evidencia-se a ligação direta entre o espaço e a memória coletiva. Como afirma Halbwachs no capítulo em que trata da memória coletiva e o espaço:

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa a inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.²²

Há uma mescla entre o espaço e a cultura. O espaço recebe elementos e marcas, se transformando junto às tradições. Até que esse se torne um membro do corpo social. Tal fundição é vital a manutenção cultural e se torna insustentável o reconhecimento como indivíduo membro de uma coletividade sem a evocação do espaço. De forma que o corpo social é composto pela comunhão da história, tradições, cultura e espaço. Ainda, no estudo da relação entre o espaço e a memória Maurice afirma que:

O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade.²³

2.2.1 Dos locais de memória

No entanto, a importância do espaço se apresenta não apenas pela construção e evocação de memórias; mas também por aquelas que não são espontâneas, mas que busca-se esquecer. Através dos chamados “lugares de memória”. Os quais, segundo Nora, compreendem:

²² HALBWACHS, 1990, p. 132.

²³ Ibid., p. 133.

Lugares, efetivamente, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente em graus diversos. Inclui um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação lhe confere aura simbólica. Um lugar puramente funcional, como um livro didático, um testamento, uma associação de ex-combatentes só entra na categoria se objeto de um ritual. Um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é por sua vez o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma convocatória concentrada lembrança.²⁴

Os locais de memória buscam a valorização da memória coletiva após uma sociedade ser vítima de violência, ou supressão de direitos. Esses sítios tem finalidade de amparar determinada sociedade na superação do contexto social que o originou. Apresentam em sua estrutura o caos, destruição, sofrimento e de solidão; mas ao observá-lo se extrai uma mensagem de esperança, paz, reconhecimento, suporte e de reconstrução. Ao estruturar esses fatos históricos em um local de memória, assume-se que os traumas fazem parte da história – como uma ferida que nunca cicatriza –, mas se aceita a tentativa de ressignificá-los buscando à transformação. De forma que são recursos para a valorização de Direitos Humanos, fortalecimento da memória histórica e reparação simbólica.

2.2.2 Abstração: Relação interpessoal da identidade cultural para com o patrimônio

Assim, um bem patrimonial é aquele que comporta a capacidade de gerar a identificação cultural através de mecanismos de gatilho utilizados na formação e na manutenção da memória coletiva, aliada à interação com o espaço.

Considerando a análise do Patrimônio Cultural como objeto do estudo, convido a uma abstração realizada por Paul Ricoeur²⁵. A qual há de percorrer por momentos onde a ideia de memória ainda era singular. Mas que mesmo com essas limitações foi reconhecida, indiretamente, a memória como vínculo da consciência com o passado. Agostinho de Hipona traz essa temática à tona ao realizar uma análise da

²⁴ NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008, p.33 apud SOARES, Inês Virgínia Prado & QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória (ou Sítios de Consciência). **Dicionário de direitos humanos**. Disponível em: <<https://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Lugares%20de%20mem%C3%B3ria>>. Acesso em 19.04.2021.

²⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Traduzido por Alain François. Campinas: Unicamp, 2007, p.107-112.

memória e do tempo, no livro X e XI de *Confissões*. Ainda que desconhecesse da consciência; esse entende a memória como responsável pela orientação do indivíduo. O qual se orienta através de lembranças do passado resgatadas no ato de memorar. De forma que as escolhas do presente possuem respaldo nas recordações de si, ou daquele que foi um dia e que ainda é. No livro XI ao observar o tempo, Santo Agostinho conclui que:

O que agora parece claro e evidente para mim é que nem o futuro, nem o passado existem, e é impróprio dizer que há três tempos: passado, presente e futuro. Talvez fosse mais correto dizer: há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. E essas três espécies de tempos existem em nossa mente, e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a percepção direta; o presente do futuro é a esperança.²⁶

Devemos analisar essa afirmação através da lente do tempo contaminada pela memória – justificada pelo conteúdo do livro X, o qual apresenta o sentimento de admiração pela memória, entendendo que essa decorre do passado – de forma que a relação descrita entre o tempo e a interioridade nesse livro, é a mesma para com a memória. Sendo assim, abstrai-se dessa citação a relativização do tempo, concerne na inexistência de linhas cronológicas no ato de memorar, como explica:

A memória é passado. É por esse traço que a memória garante a continuidade temporal da pessoa e, por esse viés, essa identidade cujas dificuldades e armadilhas enfrentamos acima. Essa continuidade permite-se remontar sem ruptura do presente vivido até os acontecimentos mais longínquos de minha infância. De um lado, as lembranças distribuem-se e se organizam em níveis de sentido, em arquipélagos, eventualmente separados por abismos, de outro lado, a memória continua sendo capacidade de percorrer, de remontar no tempo, sem que nada, em princípio, proíba prosseguir esse movimento sem solução de continuidade. É principalmente na narrativa que se articulam as lembranças no plural e a memória no singular, a diferenciação e a continuidade. [...] Resta que esse fator de distinção entre os momentos do passado rememorado não prejudica nenhum dos caracteres maiores da relação entre o passado lembrado e o presente, a saber, a continuidade temporal e a minhadade da lembrança. Finalmente, em terceiro lugar, é a memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo.²⁷

²⁶ DE HIPONA, Agostinho. **Confissões**, Livro XI, Capítulo XX.

²⁷ RICOEUR, 2007, p.107-108.

Tal abstração pode ser materializada no patrimônio. Um Patrimônio Cultural contém todos os tempos – presente, passado e futuro – interligados em harmonia. Pois o patrimônio é formado pela memória do passado, o simbolismo no presente e transmissibilidade para o futuro. Tornando impossível dissociar a simbiose do tempo de sua composição material.

Independente da categoria em que se enquadre – seja um recurso natural, imaterial ou um material – o Patrimônio, como gênero, é sempre constituído pela memória, simbolismo e transmissibilidade. Ainda, o Patrimônio materializa a transmissibilidade. De modo a estabelecer um vínculo simbólico capaz de interligar o passado, presente e futuro. Logo, esse trabalho poderia ter como objeto de estudo qualquer manifestação do Patrimônio. Porém, por arbítrio na escolha da forma de condução da análise do Patrimônio, esse trabalho a partir desse ponto, volta todos os olhares para o patrimônio material. Em especial, monumentos, os quais são munidos de historicidade e tendem a assumir o status de obra de arte.

Os monumentos são bens tangíveis imóveis que apresentam a capacidade de contar a história da humanidade, os valores de uma época e técnica; através de marcas que foram deixadas com o passar do tempo. Ainda, participam do processo de formação dos indivíduos, possuindo a capacidade de criar um senso de coletividade.

Cada monumento compreende uma veia, e a ramificação de várias veias é responsável pelo pulso da sociedade a qual está inserido; simplificando, esses são indiretamente responsáveis pela coesão social. Em essência um monumento guarda os motivos que levaram a sua construção; particularidades culturais; vitórias e dificuldades de uma civilização; sua fé; economia e estrutura urbana... Logo, todo monumento é repleto de signos que demonstram a ideologia e estrutura de sociedade a qual se insere.

Ainda, no presente, esse se relaciona com a vida dos integrantes do corpo social ao qual pertence. Constituindo um ponto de encontros ou de despedidas; um lugar simbólico; de fé; para memorar e homenagear os heróis daquela sociedade. Com essa interação, o monumento como coisa, passa a fazer parte da sociedade na qual está inserido. Ampliando suas dimensões e interagindo com o corpo social, transforma-se em elemento simbólico.

Com o passar do tempo, no futuro, talvez a utilidade prática de um monumento se perca; os signos nele incorporados tenham sido ressignificados; o seu espaço já não seja utilizado como ponto de encontros; a fé e a ideologia tenha se transformado; ou quem sabe os antigos heróis tenham sido substituídos por outros. Mas mesmo lidando com toda transformação um monumento transmite. Esse é lembrado pelas histórias e lendas locais; está sempre presente nas histórias pessoais e interage com a sociedade. De forma a participar e contribuir com o desenvolvimento de todo indivíduo daquele corpo social, sendo internalizado por esses. Atingido um carácter simbólico. Assim, a presença material do monumento cria um senso de identidade entre os cidadãos. Sendo um elemento fortalecedor da cultura local a ser transmitido às gerações vindouras. Como afirma Lowenthal:

De fato, patrimônio não tem nada a ver com história; apesar de utilizar conhecimentos e vivificar o estudo histórico, o patrimônio não é um inquérito sobre o passado, mas a sua celebração, não é um esforço por saber exatamente o que realmente aconteceu, mas uma profissão de fé num passado ajustado aos propósitos contemporâneos.²⁸

Um monumento cultural tem por finalidade a celebração do passado. Através de mecanismos que envolvem a sociedade em uma teia constituída pelas novidades do presente junto ao passado histórico. De modo, a formar um entrelaçamento nostálgico e progressista, considerando as raízes particulares do presente.

Sendo assim, em razão da capacidade cognitiva de criar, estabelecer e manter a identificação do corpo social; monumentos devem ser alvo de intervenção. De forma, que a imagem desse bem cultural seja petrificada no imaginário coletivo através de procedimentos que envolvem técnicas de conservação e restauro da coisa corpórea. Garantindo a coletividade o Direito à reapropriação constante do monumento cultural.

²⁸*"In fact, heritage is not history at all; while it borrows from and enlives historical study, heritage, is not na inquiry into the past but a celebration of it, not na effort to know what actually happened but a profession of Faith in a past tailored to presente-day purposes."* LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. United Kingdom: Cambridge, 1998, p. x. Tradução nossa.

3 O TEMPO E A RUÍNA

O tempo em seu sentido mais filosófico pode ser visto como um deus. O deus “Tempo”. Assim, como a deusa “Verdade” de Parmênides.²⁹ Atribuindo ao tempo uma conotação mística. De modo a personificar o “Tempo” em um ser livre, indeterminado, repleto de carga valorativa e universal.

Esse deus é relativista, à medida que impera de modo variado sobre cada coisa ou objeto. Para aqueles que o observam atentamente, seus passos são lentos; acontece que nenhum ser é capaz de vigiá-lo constantemente. E ao menor sinal de desatenção, o Tempo é implacável em seu movimento. Feroz ao ultrapassar o observador que após perder a consciência do controle sobre a realidade, observa os vestígios deixados por esse deus. Imperando sobre a sociedade apenas as consequências do agir temporal.

Ao menor lapso de desatenção o tempo modifica tudo e a todos que estão a sua volta. Agindo de forma ligeira e definitiva até o retome da consciência. Esse pode durar um instante, minutos, dias, meses, anos, uma vida inteira e até gerações. Importando apenas o momento de retome da consciência, quando se reconhece a existência de todos os caminhos até então percorridos pelo Tempo.

Durante esse estado de inconsciência o estado das coisas pode se modificar. Passando por intermináveis ondas de transformação; significados são alterados, fogem ao objetivo inicial, se adaptam, são destruídos, queimados e então reconstruídos. Durante esse transe os destinos são múltiplos e indefinidos. Talvez a beleza esteja na insubordinação do Tempo; pois ao retomar a consciência aquele ser

²⁹ “E a deus me acolheu com simpatia; ela tomou minha mão direita na sua; então, ela falou a palavra e se dirigiu para mim neste modo: “Ó homem, companheiro de imortais condutoras de carro, que te conduzem, como cavalos, alcançando nossa morada. Bênção (é) contigo! Pois não um destino ruim te enviou a trilhares este caminho – pois, em verdade, ele está para além dos homens, fora de sua senda (muito batida) -, mas, sim, tanto estatuto como também ordem. Mas é necessário que experimentes tudo, tanto o coração intrépido do desencobrimento bem abrangente, como também o parecer na sua aparência para os imortais, onde não mora confiança no desencoberto. Porém, também isto haverás de apreender a conhecer, como o que aparece e que (na necessidade) permanece usado de modo a ser adequado ao aparecer, na medida em que transluz através de tudo e (portanto) deste modo tudo consoma.” PARMÊNIDES. Primeira Fragmento, verso 22-32 apud HEIDEGGER, Martin. **Parmênides**. Traduzido por Sérgio Mário Wrublevski. Bragança Paulista. Petrópolis: São Francisco. Vozes, 2008, p. 17 - 18.

– sobre o qual o Tempo imperou – ainda existe, independente do caos que tenha enfrentado e do estado em que se encontre.

Tal recurso hermenêutico já se faz presente desde as raízes da sociedade ocidental. Através da concepção de sagrado na Grécia Antiga. O tempo com conhecemos teve sua origem indireta através da personificação de “Kronos”³⁰. Era filho de Urano e Gaia – céu e terra –, possuía condição de Titã e, ao usurpar seu pai, assumiu a posição de rei do céu. Mas ao se deparar com uma profecia de que tal como seu pai, haveria de ser destronado por um de seus filhos, os gestos egoísticos de seu pai, Urano, passaram a ser reproduzidos, Kronos se alimentou de seus filhos, com o intuito de evitar que o destino profetizado se cumprisse. Até o momento em que um de seus filhos, o mais supremo deus dos gregos o derrotou finalizando aquele ciclo.

Ao racionalizar esse expoente mitológico pode-se abstrair a interpretação de que o Tempo – originário léxico de “Kronos” – é inerente a condição humana, imperando sobre todos aqueles que realizam uma vivência terrestre. Visto que sua mãe e libertadora foi Gaia – a terra – mas que para ascender, o tempo necessitou

³⁰ “História do Céu e de Crono. Quantos da Terra e do Céu nasceram, filhos os mais temíveis, detestava-os o pai dès o começo: tão logo cada um deles nascia a todos ocultava, à luz não os permitindo, na cova da Terra. Alegrava-se na maligna obra o Céu. Por dentro gemia a Terra prodigiosa atulhada, e urdiu dolosa e maligna arte. Rápida criou o gênero do grisalho aço, forjou grande podão e indicou aos filhos. Disse com ousadia, ofendida no coração: “Filhos meus e do pai estólido, se quiserdes ter-me fé, puniremos o maligno ultraje de vosso pai, pois ele tramou antes obras indignas”. Assim falou e a todos reteve o terror, ninguém vozeou. Ousado o grande Crono de curvo pensar devolveu logo as palavras à mãe cuidadosa: “Mãe, isto eu prometo e cumprirei a obra, porque nefando não me importa o nosso pai, pois ele tramou antes obras indignas”. Assim falou. Exultou nas entranhas Terra prodigiosa, colocou-o oculto em tocaia, pôs-lhe nas mãos a foice dentada e inculcou-lhe todo o ardil. Veio com a noite o grande Céu, ao redor da Terra desejando amor sobrepairou e estendeu-se a tudo. Da tocaia o filho alcançou com a mão esquerda, com a destra pegou a prodigiosa foice longa e dentada. E do pai o pênis ceifou com ímpeto e lançou-o a esmo para trás. Mas nada inerte escapou da mão: quantos salpicos respingaram sanguíneos a todos recebeu-os a Terra; com o girar do ano gerou as Erínias duras, os grandes Gigantes rútilos nas armas, com longas lanças nas mãos, e Ninfas chamadas Freixos sobre a terra infinita. O pênis, tão logo cortando-o com o aço atirou do continente no undoso mar, aí muito boiou na planície, ao redor branca espuma da imortal carne ejaculava-se, dela uma virgem criou-se. Primeiro Citera divina atingiu, depois foi à circunfluída Chipre e saiu veneranda bela Deusa, ao redor relva crescia sob esbeltos pés. A ela. Afrodite Deusa nascida de espuma e bem-coroadada Citeréia apelidam homens e Deuses, porque da espuma criou-se e Citeréia porque tocou Citera, Cípris porque nasceu na undosa Chipre, e Amor-do-pênis porque saiu do pênis à luz. Eros acompanhou-a, Desejo seguiu-a belo, tão logo nasceu e foi para a grei dos Deuses. Esta honra tem dès o começo e na partilha coube-lhe entre homens e Deuses imortais as conversas de moças, os sorrisos, os enganos, o doce gozo, o amor e a meiguice. O pai com o apelido de Titãs apelidou-os: o grande Céu vituperando filhos que gerou dizia terem feito, na altiva estultícia, grã obra de que castigo teriam no porvir.” HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. Traduzido por Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1997, p. 111 -113.

matar o Urano – o céu – permitindo supor que ao racionalizar o tempo advém uma – falsa – ideia de controle. Essa falsa percepção é sistematizada por Martin Heidegger:

O homem moderno, por isso, sempre “tem” cada vez menos tempo, porque, de antemão, apropriou-se do tempo somente como cálculo, e fez dele uma obsessão, embora ele presumivelmente seja o legislador, cujas leis dominam o tempo. Para o pensamento primordial grego, pelo contrário, o tempo é que concede cada vez tempo e é ao mesmo tempo o tempo concedido, e assim lança o homem de todos os entes em sua disponibilidade, determinando em todos os casos o aparecer e o desaparecer dos entes. O tempo descobre e encobre.³¹

Assim, abstrai-se que ao excluir todo e qualquer vestígio de subjetividade (céu), provoca-se uma racionalização e senso de domínio sobre o tempo. Ocorre que o tempo é senhor de si e de todos aqueles que se envolvem em seu emaranhado cronológico. Logo, é impossível materializar o tempo em algo físico, prático e sistêmico (terra). Ao excluir o subjetivo (céu) e tentar domá-lo enfrenta-se o risco de viciar um ciclo, ocasionando a repetição em razão da tentativa frustrada de objetificar. Extraíndo o entendimento de tempo como aquele que concede independente da vontade daquele sob quem impera.

Responsável pela concepção de seus filhos e capaz de devora-los ao nascer. Retira-se o entendimento de que o Tempo - proveniente de Kronos – apresenta domínio sobre o nascer e o morrer de todos os seres, vez que a humanidade é filha do tempo, o qual é capaz de controlar o destino e escravizar os seres.

De modo que, ao se pensar o tempo pela primeira vez, personifica-o em Kronos e descrito é a partir da visualização da natureza, contempla a ideia de tempo e transformação, materializada através de processos de construção e desconstrução, de modo a seguir um movimento cíclico. Tal percepção advém dos gregos e impera até os dias de hoje.

Há aqueles que vivenciam o tempo em seu aspecto nuclear. Compreendendo-o como estado que viabiliza a vivência do ser. Aquele em que transforma o intransformável, de modo a equilibrar todo o tempo – no sentido cronológico – em um presente figurativo. Ao empoderar-se no tempo onde todos os tempos se encontram,

³¹ HEIDEGGER, 2008, p. 204.

Heidegger materializa o deus Tempo, pai do deus supremo dos deuses olímpicos da seguinte forma:

Em Ser e tempo, o tempo é experimentado e nomeado como palavra prévia [*Vor-wort*] para a palavra “do” ser. O dito grego sobre o tempo está numa tragédia de Sófocles, em Aias (V.646) e diz “O movimento amplo, incalculável do tempo deixa emergir cada coisa (ainda) não aberta, mas, também, encobre (de novo) em si mesmo o que apareceu.” Pensemos o dito partindo do seu fim. Lá está a palavra [...] significa retomar em si mesmo, salvaguardar em si mesmo e encobrir. Esse é o modo como [...] “o tempo” encobre. “Tempo” é primordialmente, para os gregos, em cada caso, e somente, o tempo “reto” ou o “errado”, o tempo apropriado ou o tempo não-apropriado. Isso significa que cada ente tem, cada vez, seu tempo. “Tempo” é aí, cada vez, “o tempo, para o qual” isto ou aquilo acontece, ou seja, o “ponto do tempo”, o qual não significa o “pontual” do “agora”, e sim o “ponto” no sentido do local, da localidade cuja aparência no seu aparecer pertence temporalmente a um “tempo” único [*je-“weils”*]. O “tempo” aqui não é uma “série” ou “sequência de “agoras pontuais” indiferentes. Em vez disso, o tempo é algo que no seu modo carrega os entes em si, liberando-os e os retomando.³²

Mas se faz necessário retomar o arquétipo do tempo – apenas para fins hermenêuticos – o tempo na condição de deus, com a inerência dos elementos de Kronos acrescentado do misticismo acerca da personificação, em razão do viés escolhido nesse projeto. Há de se entender a transformação provocada pelo Tempo como um presente. Pois nesse rompimento temporal tudo o que transcorreu até a particular retomada do estado de consciência pertence ao observador. Há de se falar em passagem, transformação e evolução. Assim, a dádiva proporcionada pelo Tempo é a história daquele que o observa. Pois ao observar as consequências temporais automaticamente nos deparamos com a história local; através de marcas nos artefatos.

Além disso, é preciso pensar o retome da consciência. O qual se sucede no momento em que o observador olha para o presente e ao observa-lo é capaz de vivenciar o passado, pelos vestígios deixados. Ao se deparar com esses vestígios o observador extrai informações sobre a história local, as tradições e cultura. Assim, os vestígios provenientes da passagem do Tempo possuem caráter simbólico. Ao reconhecer o passado no presente através de artefatos atribuímos a esse a conotação de patrimônio.

³² HEIDEGGER, 2008, p. 202.

O enfeite poético até agora utilizado trata-se de um recurso³³ que visa demonstrar o império do tempo a partir de uma perspectiva universalista. O uso de “hipostatização de conceitos gerais em divindades, é encontrado certamente com frequência, em especial na antiguidade tardia.”³⁴

Os pensadores são em verdade chamados decididamente de “pensadores” porque, como se diz, eles pensam “fora de si”, e, nesse pensar, eles se colocam a si mesmos em jogo. O pensador responde, ele mesmo, às questões colocadas por ele próprio. Pensadores não anunciam “revelações” do deus. Não relatam inspirações de uma deusa. Dizem tão-somente a própria evidência. O que pode, portanto, a deusa, neste “poema doutrinário”, que traz à fala os pensamentos de um pensar cuja pureza e rigor desde então jamais retornaram? Mas mesmo se este pensar de Parmênides está fora de um fundamento como algo ainda velado para nós e, a partir disso, está, de fato, em relação com a deusa “Verdade”, mesmo assim sentimos a falta da imediata manifestação de uma figura dos deuses, como ela nos é familiar no mundo dos gregos. Atenas, Afrodite, Ártemis, Deméter aparecem como “pessoas divinas” delineadas de modo muito claro. A deusa “Verdade”, por outro lado, é amplamente “abstrata”. Poder-se-ia pensar que aqui isso nada tem a ver com “experiência mística” dessa deusa, e sim, que um pensador, por livre iniciativa, “personifica” o conceito geral de “verdade” na figura indeterminada de uma deusa. [...] Talvez o pensador Parmênides queira, por um artifício semelhante, dar a seus pensamentos, em geral muito “abstratos”, mais plenitude e colorido. Além disso, se considerarmos que o início do pensamento ocidental se realiza, segundo a opinião usual, como dissociação do *logos* (razão) a partir do *mythos* (mito), então parece inteiramente compreensível que restos de representação “mítica” ainda se tenham mantido nas primeiras tentativas “primitivas” de um tal pensar.³⁵

³³ “569. A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos. Pensamos talvez que não possa fazer uma grande diferença quais conceitos empregue. Que possamos fazer física tanto com medidas como pé e polegada, como com metro e centímetro; a diferença é apenas de comodidade. Mas mesmo isso não é verdade, se, por exemplo, em nosso sistema de medidas, cálculos requerem mais tempo e esforço do que podemos despendar. 570. Conceitos nos levam a investigações. São as expressões de nosso interesse e o dirigem. 571. Paralelo enganador: a psicologia trata de processos na esfera psíquica, como a física, na esfera física. Ver, ouvir, pensar, sentir, querer, não são objetos da psicologia no mesmo sentido que o movimento dos corpos, os fenômenos elétricos, etc. são objetos da física. Isto você percebe pelo fato de que o físico vê, ouve esses fenômenos, reflete sobre eles e os transmite a nós, enquanto o psicólogo observa manifestações (o comportamento do sujeito). 572. Expectativa é, gramaticalmente, um estado como: ter uma opinião, esperar algo, saber algo, ser capaz de algo. Mas, para compreender a gramática desses estados, precisamos perguntar: “Qual o critério para afirmar que alguém se encontra nesse estado?” (Estado de dureza, de peso, de ajustamento.) 573. Ter uma opinião é um estado. – Um estado de quê? De alma? De espírito? Ora, de quem se diz que tem uma opinião? Do sr N.N. por exemplo. E esta é a resposta correta. Não devemos esperar nenhum esclarecimento da resposta à questão. As questões que penetram mais profundamente são: Que consideramos, em casos especiais, como critério para afirmar que alguém tem tal ou tal opinião? Quando dizemos: ele chegou naquela ocasião, a essa opinião? Quando dizemos que ele mudou sua opinião? E assim por diante. A imagem que as respostas a essas questões nos dão mostra o que é aqui tratado gramaticalmente como estado.” WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 147.

³⁴ HEIDEGGER, 2008, p.19.

³⁵ HEIDEGGER, loc. cit.

Essa modalidade de apresentação “pseudomística” está em harmonia com a abordagem utilizada em discussão incidental nesse artigo.

Ainda, o recurso linguístico para apresentação do tempo como ser, justifica-se vez que o objeto de estudo é sensível ao transcorrer do tempo em razão da temporalidade, clima, agentes mecânicos, químicos e da realidade social a qual está inserido; ocasionando o desgaste e a ruína de um artefato de valor simbólico.

Ao se falar em monumento fala-se em vida e morte. O nascer de uma civilização e sua ruína. A criação de um artefato e sua degradação. A ideia de monumento carrega em si um conteúdo valorativo de constante luta contra efeitos do tempo. O monumento é a formalização de uma tentativa de manter um estado – não fixo – mas representativo de algo que foi, que já não é e que há de ser.

Assim, percebe-se que a existência de um monumento é uma representação clara da luta entre vida e morte. Existência e degradação. Espaço e tempo. A busca por uma constância capaz de transmitir aquilo que já foi, e impedir que aquilo que virá desapareça. Um monumento personifica essa luta entre opostos. Seu reconhecimento é a elevação do entendimento de que aquela coisa há a necessidade de permanecer livre de constâncias – há depender da corrente teórica – mas ainda assim existir. Comunicar. Falar ao presente. Elaborar uma mensagem ao futuro.

O “ser” de um monumento é fruto de sua luta pela existência e contradição entre aquilo que foi, é e virá a ser. Assim, tal luta no entendimento de Heidegger acerca de Heráclito apresenta a seguinte formatação ao relacionar esse pré-socrático a deusa Ártemis:

Artemis é a deusa da aurora, da luz, do jogo. Seu sinal é a lira que aparece em forma de arco. Para o grego, arco e lira são o mesmo. A lira – agora arco – lança a flecha. O arco traz a morte. Entretanto, as mortes arremessadas pelas suas flechas são as mortes “súbitas”, as mortes “suaves” e “amáveis”. A deusa da aurora, do jogo e da luz é também a deusa da morte, como se o que é claro, o que se joga e o que surge fossem como a morte. Surgir, iluminar-se, jogar e tocar caracterizam, sobretudo, o vigor essencial da [...] e do [...] Nossa palavra “vida” possui um significado tão sobrecarregado pelo pensamento cristão e moderno que não diz mais nada do que os gregos entendiam por [...]. Embora nossa palavra “vida” é uma contraposição à morte. Como pode a deusa da iluminação, do surgimento e do jogo ser ao mesmo tempo a deusa da morte, ou seja, do sinistro, do crepúsculo, da rigidez? Vida e morte são contrários. Mas o contrário é o que mais intimamente se atrai para o que o contraria. Onde vigora o contrário dá-se a luta, a [...]. Para Heráclito, que pensa a luta como essência de ser, a deusa do arco e da lira, Artemis, é a mais próxima. Sua proximidade, no entanto, é pura proximidade, ou seja, a distância. Em tudo isso, deve-se pensar a

proximidade e a distância de maneira grega – e não “moderna” - , como uma ordem numérica, como intervalo maior ou menor entre pontos do espaço. ³⁶

Assim se delimita o objeto deste capítulo. Em razão da ação do tempo sobre um artefato – possibilidade desse deixar de ser – é a razão de se pensar em Conservação e Restauração. Logo, esse texto tem por finalidade o estudo da ação do tempo sobre esses vestígios e suas implicações teóricas, técnicas e jurídicas.

³⁶ HEIDEGGER, Martin. **Heráclito**. Traduzido por Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume, 1998, p. 32.

4 A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO

Como visto anteriormente, o Direito a um Patrimônio Cultural busca salvaguardar a memória coletiva. A qual é materializada em recursos naturais, imateriais e materiais. Aos quais é atribuído caráter patrimonial em razão de sua historicidade e capacidade de promover conexão entre a sociedade e os indivíduos.

Os bens culturais recebem a titularidade de patrimônio cultural material em razão da capacidade de evocar sentimentos nostálgicos dentro de um contexto social por meio de sua conformação. Logo, a edificação material provoca gatilhos memoriais na sociedade a qual pertence. A possuir uma virtude cognitiva.

Mas como pensar, perceber, sentir tal virtude cognitiva quando o sujeito é feito de materiais sólidos? Seu corpo se elabora através de pedras e estruturas de ferro e aço. Como aceitar que esses evocam mensagens e memórias como qualquer ser vivente composto por carne, ossos, que respira e dialoga? Como se atentar ao diálogo desses seres – teoricamente – silenciosos, solidificados e rígidos?

Talvez tal diálogo, assim como uma dança de dois, necessite aquele que guia e que é guiado. Talvez tal virtude cognitiva esteja materializada nas marcas do tempo, na estrutura física e; o diálogo seja fruto da mentalidade daquele que o observa. Talvez essa luta entre o querer comunicar e o receber a mensagem. Entre o tempo e a ruína. O permanecer e o desaparecer. Talvez, seja o cotidiano em seu contato simples e despretensioso que atribua e reconheça a essência à coisa material.

A existência de algo para além da própria matéria em uma estrutura física ou lugar é registrada por Aristóteles em *Das partes dos animais* (A 5, 645 A 17s), onde esse traz ao mundo uma história sobre Heráclito, a qual foi posteriormente analisada por Heidegger na busca pela compreensão do que seria o extraordinário:

Diz-se (numa palavra) que Heráclito assim teria respondido aos estranhos vindos na intenção de observá-lo. Ao chegarem, viram-no aquecendo-se junto ao forno. Ali permaneceram, de pé (impressionados sobretudo porque) ele os (ainda hesitantes) encorajou a entrar, pronunciando as seguintes palavras: “Mesmo aqui, os deuses também estão presentes”.³⁷

³⁷ HEIDEGGER, 1998, p. 22.

Essa história é pertinente vez que é retratada em um lugar no qual é possível se perceber a presença dos deuses. A qual pode ser entendida como:

A essência dos deuses, tal como apareceu para os gregos, é precisamente esse aparecimento entendido como um olhar a tal ponto compenetrado no ordinário que, atravessando-o e perpassando-o, é o próprio extraordinário que se expõe na dimensão do ordinário.³⁸

Logo, é possível abstrair que nesse lugar os deuses se fazem presente e, que a presença se encontra no cotidiano, sem grandes armações ou ser vivente. Assim, os deuses se apresentam no ordinário. Nos fragmentos monumentais que circunscrevem toda forma de vida e relações sociais, tomando um lugar que serve de abrigo as interações sociais e morada do fogo. Retratado na presença do forno, elemento flamejante entendido na condição figurativa do ser, da mudança e da contradição “permitindo que “desperte” para o aparecimento aquilo que no frio seria, ao contrário, vítima da rigidez do não-ser.”³⁹ O entendimento de que a luta é inerente a coisa, e concernente a coisa o entendimento de ser é:

“mesmo aqui” – e justamente aqui, na inaparência do ordinário, vigora o extraordinário do aparecimento. Isso quer dizer: aqui onde eu, o pensador, me abrigo, o inaparente se encontra na intimidade do aparecimento e do brilho mais extremos. Aqui onde possuo um abrigo, o que parece estar excluído do outro reúne-se numa unidade. Aqui, no âmbito do pensador, em todo lugar, o que parece se contrapor e excluir, o contrário, é ao mesmo tempo o que atrai. Talvez essa atração seja até necessária para que um possa contrariar o outro. Onde isso acontece vigora a luta [...]. O pensador se demora na proximidade daquilo que está imbuído de luta.⁴⁰

Assim, entende-se esse lugar, coisa ou estrutura como elemento material possuidor de um “ser” abstrato. Ao ampliar essa interpretação de lugar – mesmo aqui –, esse pode ser interpretado na perspectiva de um patrimônio cultural material. O qual é constituído através de processos físicos, mecânicos e estruturais, através da utilização de areia, água e ferro. Ainda que culturais, em razão do valor simbólico que possuem e ao guarnecerem vestígios documentais de um viver social; vez que possuem os saberes da época de sua constituição, representados na técnica construtiva e na simbologia. Em razão da configuração material, bens culturais

³⁸ HEIDEGGER, 1998, p. 22.

³⁹ HEIDEGGER, loc. cit.

⁴⁰ HEIDEGGER, op. cit., p. 25.

necessitam tutela; a qual é formalizada através de procedimentos destinados a Conservação ou/e Restauro da coisa.

A ideia de preservação de bens patrimoniais teve origem no Renascimento Italiano. Durante a Idade média a preservação tinha por intuito apenas a manutenção do objeto, considerando a utilidade prática⁴¹. Pensar que ocasionou a apropriação e a perda da integridade de vários artefatos. Com a renascença houve um movimento de valorização do ser humano, instrumentalizado pelo “pensar o passado” ao voltar-se a Antiguidade Clássica. Essa mudança paradigmática foi viabilizada pela preservação dos artefatos, que propiciou a reprodução na época objeto, ocorrendo o reconhecimento da necessidade da promoção de ações culturais, as quais observavam o cunho estético, documental, memorial e simbólico.

Ao identificar os monumentos como uma ponte, entre o passado e o presente, a qual servirá de estrutura para o futuro, desponta, ainda que de forma primitiva, o senso da necessidade de salvaguardar artefatos históricos.

A Idade Contemporânea advém junto da Revolução Francesa, em 1789. Durante esse movimento político, diversos artefatos históricos foram degradados, através de vandalismo ou até mesmo roubos. Pois havia um consenso revolucionário de que era necessária a destruição dos símbolos da monarquia absolutista, antigo “*status quo*”. Ocorre que, ao se observar a ruína desses bens históricos, dentro de uma perspectiva moderna, o estado passa a assumir uma postura ativa no que diz respeito a proteção; reconhecendo o valor artístico, histórico e – de maneira superficial – a capacidade memorial desse bem. Passando a adotar, por meio de legislações, um ideal de proteção, através da promoção do interesse público em preservá-lo.

Na Itália, ao pensar a reconstrução da Basílica de São Pedro em Roma, os escritos do Papa Leão XIII deram origem a uma corrente denominada por “Restauro Arqueológico”⁴², a qual observará o monumento em seu aspecto cultural, simbólico e

⁴¹ MIGUEL, Ana Maria Macarrón. **Historia de la conservación y la restauración**: desde la antigüedad hasta finales del siglo XIX. Madrid: Tecnos, 1995.

⁴² “O restauro arqueológico apresentava influências sobre a sua reconstrução na época: “nenhuma inovação se deve introduzir nem nas formas nem nas proporções arquitetônicas, nem nas decorações do edifício resultante, se não for para excluir aqueles elementos que num tempo posterior à sua construção foram introduzidas por capricho da época seguinte (RIVERA, 1997). Dos edifícios históricos, eram retiradas todas as adições de épocas anteriores que não fizessem parte do projeto original, até ser encontrado o aspecto primitivo. Os monumentos eram estudados e analisados de modo a perceber como seriam na época da sua construção e obter a recomposição do edifício mediante, se possível, utilização de partes originais (anastilosis), compondo uma unidade completa.” FERREIRA, Camila Corsi. Interlocuções entre a prática de restauração de Luís Saia e as teorias de restauro: São Paulo,

estético. Essa pregava que os monumentos deviam ser mantidos ou se necessário, recompostos, ao seu aspecto primitivo. Devendo ser desconsideradas, e por desconsideradas entende-se retiradas, todas as intervenções realizadas após sua construção. Alcançando um status de “símbolos históricos intocados”.⁴³

Assim, fica demonstrado que, a sistematização das ações voltadas à proteção de monumentos históricos tiveram início ainda no século XIII; porém, essa apenas alcançou o status de disciplina autônoma com Alois Riegl⁴⁴, no final do século XIX.

4.1 RESTAURO ESTILÍSTICO

O primeiro teórico a sistematizar uma Teoria a cerca de uma ordem ontológica em matéria de restauro foi Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Arquiteto ligado à arquitetura revivalista⁴⁵.

Sua produção teórica demonstra preocupações estritamente estilísticas – o nome dado a sua corrente é em razão dessa característica – uma vez que, desconsiderava a historicidade que envolve o monumento, em função da busca por uma unidade estilística.

Admirador da Arquitetura Gótica, a teoria por esse desenvolvida se apropriou do ideal de correspondência entre a forma, estrutura e função; considerando o monumento em uma perspectiva unitária. Assimé compreendido como um conjunto de necessidades, procedimentos e técnicas construtivistas. As quais se completam a formar uma unidade arquitetônica.

Ao almejar a unidade arquitetônica primitiva, o entendimento da lógica utilizada na elaboração e construção do projeto passa a ser necessário. Através da compreensão das plantas, historiografia do objeto do restauro e do conhecimento aprofundado da técnica utilizada no período de sua concepção. Uma vez que a

1937-1975. 282 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015 apud RIVERA, Javier. **Restauracion Arquitectonica desde los Origenes Hasta Nuestro Dias**. Conceptos, Teoria e Historia. In: Teoria e Historia de la Restauracion, tomo 1, MRRP, Editora Munilla:Leria, 1997, p. 102-169.

⁴³ LUSO, Eduard; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. **Breve história da conservação e restauro**. Departamento de Engenharia Civil (DEC) Universidade do Minho, Braga, Portugal, Maio de 2004, p. 31 – 44.

⁴⁴ RIEGL, 2014.

⁴⁵ Em sua formação vivenciou a Revolução Francesa, o Iluminismo e a Revolução Industrial; passagens históricas que influenciaram o seu pensamento, tornando-o irreverente há seu tempo, fator que o transformou em preconizador do Movimento Moderno.

essência do monumento não está em sua materialidade, mas encontra-se em suas características formais e propensões ideológicas.

Assim, a técnica restaurativa a partir de preceitos estilísticos necessita de uma fundição cognitiva da figura do restaurador com aquele que pensou o monumento, em razão do objetivo a ser alcançado pelo procedimento restaurativo ser a máxima material. Assim, essa corrente restaurativa busca uma conciliação entre as particularidades estéticas observadas quando se pensou o monumento e as capacidades técnicas disponíveis no momento da intervenção. Unificando por meio do ato de restauro dois tempos distintos, o passado e o presente⁴⁶.

Essa corrente restaurativa considera a possibilidade de reviver o passado glorioso por meio da disponibilidade técnica do presente. Realizando afirmação da máxima estética da obra através do ato de restauro.

Partindo desse axioma, o monumento só atinge um grau completo ao ser restaurado. Visto que seu potencial estético evolui junto das capacidades técnicas quando aplicada a máxima conceitual. Sendo assim, a sistematização do restauro deve ocorrer através da conexão com o objeto, o que viabiliza a visualização de seu modelo primário e possibilita a imposição de uma projeção idealizada sobre sua estrutura.

Desse modo, o Restauro estilístico é guiado pelo seguinte axioma “restaurar um edifício não é mantê-lo, repara-lo ou refaze-lo, é estabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.”⁴⁷

4.2 ANTI-RESTAURO

Enquanto na França o Restauro Estilístico era a ordem à cerca da matéria de restauro, na Inglaterra desenvolvem-se ideais divergentes, denominado como Movimento Anti-restauro. Seu principal idealizador foi John Ruskin.

⁴⁶ O restauro estilístico compreende a restauração como um processo onde o responsável pelo procedimento realiza uma imersão na realidade da época da constituição do monumento; conectando-se com sua história, razões, dogmas, filosofias, cultura e essência. Assim, após encontrar-se em um estado de consciência próprio da obra, esse vivencia um transe – onde tudo aquilo que ocorreu a partir do momento de sua construção se perde, restando a constituição original da obra, e as filosofias que embasaram sua criação – por meio de práticas restaurativas busca-se elevar o monumento a experiência que a ideia elaborada no passado teria constituído caso essa sobreviesse ao presente.

⁴⁷ VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. Cotia. São Paulo, Ateliê, 2000, p. 29.

Iniciando à discussão intelectual quanto a essencialidade de procedimentos restaurativos, logo, trata-se de uma corrente teórica que considera a existência de uma essência monumental. A compreender a arquitetura para além do puro estilismo.

Passou a ser alvo de apreciação junto a Era Vitoriana. Emergindo ao interesse popular em razão dos anseios provocados pela Revolução Industrial. Vez que com o despertar da indústria, o futuro inglês estava fadado a um novo paradigma. Vivenciando a substituição da manufatura para a maquinofatura⁴⁸.

Em razão da transição para a modernidade desconhecida e o constante assombro de um passado glorioso, surte sobre aquela geração sentimentos nostálgicos – um culto ao passado –. Tal apego demonstra a vontade de permanecer naquele passado venerado e o medo das incertezas de um futuro iminente.

Em meio a essa comoção, os escritos de John Ruskin foram de encontro aos anseios de uma sociedade deslocada⁴⁹ – uma vez que com as mudanças sociais, essa se encontrava em busca de propósitos – e apegada às memórias de um arranjo social que já não encontrava lugar dentro daquela estrutura.

Demonstrando a insatisfação com a industrialização e apresentando meios alternativos de produção, como o trabalho artesanal. Uma vez que a qualidade

⁴⁸ A manufatura consistia na realização do trabalho por meio manual, aquele pelo qual o sujeito que produz tem contato direto com o objeto, uma vez que esse é responsável por todos os estágios da cadeia produtiva de forma intimista. Sobrepondo sobre o objeto à força mecânica daquele que realiza o trabalho. Ao ser imposto sobre esse modo intimista de produção o intermédio de máquinas há de se falar em uma perda da essencialidade na produção. Com a utilização de máquinas há perda da capacidade de transmissão da essência inerente a coisa, uma vez que essa é conferida no próprio ato de produção. Retirando da coisa a capacidade de internalizar o sentimento daquele que o produz e distorcendo o conteúdo essencial que foi originalmente atribuído pelo inventor. Sentimento foi posteriormente ilustrado por Heidegger ao pensar a ação essencial e caminho para o descoberto através do escrito à mão e escrito datilografado: “Não é acidental que o homem moderno escreva “com” a máquina de escrever e “dite” [*diktirt*] (a mesma palavra que “poetizar”) [*Dichten*] “para” uma máquina. Esta “história” dos modos de escrita é uma das mais importantes razões da crescente destruição da palavra. Esta sobrevém e se dá não mais por meio da mão escrevente e propriamente atuante, mas por sua impressão mecânica. A máquina de escrever arranca a escrita do âmbito essencial da mão, e isso significa, da palavra. Esta se torna algo “datilografado”. Onde a escrita à máquina, ao contrário, é somente uma transcrição e serve a preservar o escrito, ou a “imprimir” de novo o que uma vez já estava escrito, lá a escrita tem um significado próprio, embora limitado. Na época do primeiro domínio da máquina de escrever, uma carta escrita nessa máquina ainda era uma quebra de boas maneiras. Hoje em dia, porém, uma carta escrita à mão é uma coisa que atrapalha a leitura rápida e, por isso, está fora de moda e é indesejada. A escrita mecânica priva a mão de seu valor próprio no âmbito da palavra escrita e degrada a palavra a um meio de comunicação” HEIDEGGER, 2008, p. 120. Assim, os homens observaram gradualmente a perda de seu espaço laboral – o qual instantaneamente era ocupado por máquinas –. Provocando inquietações quanto ao reconhecimento utilitário dessa geração, à qual vê a perda do reconhecimento pelo fazer, e do domínio desse espaço, visualizando o remanejo automático por objetos bárbaros.

⁴⁹ Seus escritos transmitiam questões existenciais, o medo do esquecimento e das alterações econômicas e sociais em razão da mudança de ordem provocada pela Revolução Industrial.

singular é atribuída pela criação singular da coisa. Onde em seu processo criativo o criador exprime seus ímpetus ideológicos e culturais. Assim, o que atribui valor a um objeto é a relação íntima desenvolvida entre o artesão e a peça. Visualizando uma essencialidade social por trás de todo objeto⁵⁰.

Insisto para que o homem esteja por inteiro em sua obra, o corpo e a mente juntos. Mãos e hábitos devem estar nele, quer queiramos ou não, mas a parte nobre do homem pode muitas vezes não estar nele. E essa parte nobre age principalmente através do amor, da reverência e da admiração, juntamente com as condições de pensamentos que surgem deles. Pois geralmente caímos em muitos erros ao considerar os poderes intelectuais como tendo dignidade em si mesmos e separáveis do coração, enquanto a verdade é que o intelecto se torna nobre ou ignóbil de acordo com o alimento que lhe damos, e o tipo de assuntos com os quais ele está familiarizado.⁵¹

Ao pensar a arquitetura sobre um prisma de fonte documental que apenas atinge seu ápice criativo e estrutural a partir do relacionamento da coisa – estrutura – para com a sociedade. Pensa-se nas características próprias da estrutura, visando que essa sobreviva ao tempo e as interferências sociais.

Portanto, quando construirmos, pensemos que estamos construindo para sempre. E não o façamos para a nossa satisfação de hoje, nem somente para a satisfação do momento. Que a nossa satisfação de hoje, nem somente para a satisfação do momento. Que nossa obra seja tal que os nossos descendentes nos agradeçam, e pensemos, enquanto posamos pedra sobre pedra, que virá o dia em que aquelas pedras serão tomadas por sagradas, porque foram as nossas mãos a tocá-las. Pensemos também que os homens dirão, olhando a obra e o material trabalhado de que são feitas: “Vejam! Isto foi feito pelo vosso pai!”. Porque a glória verdadeiramente maior de um edifício não reside nem nas pedras nem no ouro de que é feito. A sua glória

⁵⁰ Tal essencialidade induzida pela produção tem ligação com questões sociais. Percebendo qualquer ação – inclusive arquitetônicas – como ações políticas. Sendo atribuída tal carga humanística pelo contato direto do artesão com o que está sendo produzido. Uma vez que esse é reflexo das relações de trabalho que estão sendo empregadas em sua produção e que por meio dessas relações os sujeitos da produção são reconhecidos. Reconhecendo que a unicidade do objeto é em razão da dinâmica no fazer.

⁵¹ “*All that I would insist upon is the necessity of the whole man being in his work, the body must be in it. Hands and habits must be in it, whether we will or not, but the noble part of the man may often not be in it. And that noble part acts principally in love, reverence, and admiration, together with those conditions of thought which arise out of them. For we usually fall into much error by considering the intellectual powers as having dignity in themselves, and separable from the heart, whereas the truth is that the intellect becomes noble or ignoble according to the food we give it, and the kind of subjects with which it is conversant*”. RUSKIN, John. **The Stones of Venice**. London: George Allen, Library Edition, v. 3, 1904, p. 171 apud AMARAL, Cláudio Silveira, FILHO, Régis Alberto Guerini. Sergio Ferro e John Ruskin: Crítica ao processo produtivo da arquitetura. **Vitruvius**, 202.04, teoria, ano 17, mar. 2017. Disponível em: <

reside na sua idade, e naquele senso de larga ressonância, de severa vigilância, de misteriosa participação, inclusive de aprovação ou de condenação, que nós sentimos presentes nos muros que há tempos são levemente tocas pelas efêmeras ondas da história dos homens. É no seu eterno testemunho diante dos homens, no seu plácido contraste com o caráter transitório de todas as coisas, naquela força que atravessando o escoar das estações, das eras, o declínio e o surgimento das dinastias, a mudança do vulto da terra e dos limites do mar, mantém a sua beleza escultórica por um tempo insuperável, reunindo épocas esquecidas a épocas que se seguiram, e que constitui a identidade, assim como concentra as simpatias das nações. É naquela dourada patina imposta pelo tempo, que devemos procurar a verdadeira luz, a verdadeira cor e a verdadeira preciosidade da arquitetura. Até que um edifício não tenha assumido esse caráter, até que não tenha sido confiado à fama e consagrado pelas ações dos homens, até que os seus muros não tenham sido testemunhas de sofrimento e os seus pilares não se tenham erguido sobre a sombra da morte, ele não terá senão que a sua própria existência, destinada como é, a durar mais tempo que os objetos naturais do mundo circundante, até que possa ser presenteado com aquele tanto de linguagem e de vida.⁵²

Ao observar as marcas do tempo através da lente do sagrado, Ruskin contribuiu com ideais anti-intervencionistas em matéria de restauro. Contrastando o ideal estilístico existente em França, equiparando-o a capacidade, quase imersiva, de se pensar nos efeitos do tempo, através do desgaste por esse ocasionado no ente edificado.

Assim, é apresentada uma opção viável que respeita a essência do monumento, porém reconhece que as marcas do tempo potencialmente podem levar o monumento à sua completa descaracterização. Assim há discussão acerca da possibilidade de se preservar a coisa, prolongando sua vida útil ao dirimir o desgaste ocasionado pelo tempo e evitar o total exaurimento da essência pelo restauro. Havendo de se pensar na conservação como melhor opção para a proteção da coisa e do conteúdo nessa inerente. Contextualizando essa alternativa no livro “A lâmpada da memória”:

Portanto, não falemos de restauro. Trata-se de uma mentira do princípio ao fim. Pode-se fazer a cópia de um edifício como se pode fazer a de um cadáver: a cópia pode trazer dentro de si a estrutura dos velhos muros, como a forma de um rosto pode conter um esqueleto, em nenhum dos dois casos consigo ver alguma vantagem; e não me interessa. Mas o velho edifício estará destruído, e nesse caso de modo mais definitivo e irremediável do que se ele tivesse se desmoronado em um monte de pó, ou se tivesse sido fundido em uma massa de argila. Tem sido possível recolher mais, das ruínas de Nívide do que jamais será possível da reconstruída Milão. E no entanto, se diz, o restauro pode representar uma necessidade. Certo! Olhemos bem

⁵² RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução Odete Dourado. Salvador: Pretextos. 1996, p. 17.

de frente essa necessidade e tentemos entendê-la nos seus verdadeiros termos. É uma necessidade destrutiva. Portanto, aceitai-a assim; e então demoliu todo o edifício, espalhai as suas pedras nos lugares mais remotos, utilizai-as como lastros de navios, ou como material de construção, se quiseres. Mas fazei-o honestamente, não eleveis um monumento à mentira, no seu lugar. Olhai essa necessidade bem no rosto, antes que ela surja, e então, podereis preveni-la. O princípio vigente hoje (um princípio que estou convencido, pelo menos na França, é sistematicamente colocado em ato pelos construtores, com a finalidade de encontrar trabalho para si, visto que a Abadia de Saint Ouen foi demolida pelas autoridades locais de modo a criar trabalho para alguns vagabundos), consiste primeiro, em negligenciar os edifícios para depois proceder ao seu restauro. Tomai, atentamente cuidado, com os vossos monumentos, e não tereis nenhuma necessidade de restaurá-los. Poucas lâminas de chumbo colocadas à tempo sobre um teto, poucas folhas secas e gravetos retirados à tempo por um jato de água, salvariam tanto o forro quanto os muros da ruína. Vigiai um velho edifício com atenção cuidadosa; protegei-o o melhor que podereis e a qualquer custo, de qualquer sinal de deterioração. Contai aquelas pedras como contas as gemas de uma coroa; colocai em torno dele vigias como se tratasse das portas de uma cidade assediada. Onde a estrutura muraria mostra esgarçamento, fazei-a compacta utilizando o ferro. E onde ela cede, escorai-a com madeira. Não vos preocupai com a feiura desses apoios: melhor ter uma muleta que ficar sem uma perna. E tudo isso, fazei-o amorosamente, com reverência e continuidade, e mais de uma geração poderá ainda nascer e morrer à sombra desse edifício. Ao fim, também ele deverá viver o seu dia extremo. Mas deixemos que esse dia venha abertamente e sem enganos, e não permitamos que algum falso e desonroso substituto, o prive dos ofícios fúnebres da memória.⁵³

Defendendo a preservação dos monumentos. De modo a proporcionar a esses a maior durabilidade possível através de manutenções periódicas, as quais não são invasivas a essência da obra, diferente dos atos de restauro. Realizando acompanhamento do monumento para a garantia de suas condições estruturais através de leves procedimentos que impeçam a sua degradação.

4.3 O RESTAURO FILOLÓGICO

Por hora na França e na Inglaterra as discussões acerca do que fazer e de como tratar os monumentos históricos já estivessem em andamento, a Itália ocupava uma posição de mero expectador dessa discussão⁵⁴.

Inserido nesse contexto sociocultural e convicto de que a simples reprodução de estilos históricos não seria o suficiente para o alcance de uma unidade estilística

⁵³ RUSKIN, 1996, p. 26.

⁵⁴ Essa transitava em um período denominado ecletismo, no qual não houve o desenvolvimento de um estilo arquitetônico próprio. Privando-se a mera reprodução de características de estilos artísticos arquitetônicos históricos, com o intuito de se construir algo novo.

propriamente italiana, Camillo Boito, buscou elaborar conceitos e fundamentos para que essa fosse viabilizada:

Boito busca nas lições da arquitetura do passado subsídios para a criação contemporânea, não pela adoção pura e simples de estilos, mas pela análise de seus princípios de composição para alcançar a verdade em relação a formas, materiais e função, lançando fundamentos para uma nova arquitetura, que procurou estabelecer não somente através de seus textos, mas também através de sua obra construída. O papel de Boito como crítico de arte, e da arquitetura em particular, foi da maior importância, opondo-se ferrenhamente à apropriação acrítica dos variados estilos do passado, postura comum a muitos dos variados arquitetos do período, mostrando ceticismo em relação à falta de uma linguagem artística própria à época.⁵⁵

Tal insatisfação foi reproduzida em discurso na Conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884, o qual deu origem ao livro “Os Restauradores”:

Nós, do presente (e não falo apenas dos italianos, mas de todos os povos civis), somos políglotas; mas a nossa língua, aquela, verdadeiramente nossa na arte, onde está? Qual será a marca artística especial que nos distinguirá das outras épocas na grande resenha dos séculos? E a era atual, no que respeita à arte, pode talvez ser chamada uma época?

Dir-nos-ão: os restauradores. Que glória!

Mas o curioso é que, enquanto a nossa suprema sabedoria consiste em compreender e reproduzir minuciosamente o passado da arte, e essa recente virtude nos torna maravilhosamente adaptados para completar as obras de todos os séculos passados, as quais nos chegaram mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia que, salvo raros casos, nos resta a fazer é esta: deixa-las em paz, ou, quando oportuno, libertá-las das mais ou menos velhas ou mais ou menos más restaurações. É difícil! Saber fazer algo tão bem e ter de contentar-se em abster-se ou em desfazer! Mas aqui não se discorre sobre conservação, que aliás é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras de engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas, uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra; e o meu discurso é dirigido não aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas sim aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos.⁵⁶

Assim, conformado com a condição artística de sua geração e influenciado pelas construções teóricas desenvolvidas por Viollet-le-Duc e por John Ruskin, flutuou em meio discussão acerca da eticidade do ato de restauro⁵⁷; permeada pelo Restauro

⁵⁵ BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Traduzido por Paulo Mugayar Kühl. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia. São Paulo: Ateliê, 2016, p. 12.

⁵⁶ BOITO, 2016, p. 36.

⁵⁷ No desenvolvimento de sua corrente, apropriou-se dos paradoxos desenvolvidos por Ruskin ao considerar a historiografia, o contexto e a evolução da coisa. Percebendo uma essência que rodeia o objeto artístico e o protegendo de um processo restaurativo incisivo.

Estilístico quando contraposto ao ideal Anti-restauro. Observando-as e refutando, de modo a encontrar uma harmonia entre tais correntes teóricas.⁵⁸

Existe uma escola, já velha, mas não morta, e uma nova. O grande legislador da velha foi Viollet-le-Duc, que com seus estudos históricos e críticos sobre a arte da Idade Média na França fez progredir a história e a crítica também na Itália. Foi também arquiteto, mas de valor contrastante, e restaurador, até há pouco elevado aos céus por todos, agora afundado no inferno por muitos pelas mesmas obras na antiga cidade de Carcassone, no castelo de Pierrefonds e em outros insígnies monumentos. Eis a sua teoria, da qual derivou sua prática: “Restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em dado tempo”. Como fazer? Colocamo-nos no lugar do arquiteto primitivo e adivinhamos aquilo que ele teria feito se os acontecimentos do passado o tivessem permitido finalizar a construção. Essa teoria é cheia de perigos. Com ela não existe doutrina, não existe engenho que nos sejam capazes de nos salvar dos arbítrios: e o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros.⁵⁹

Ao negar um conceito de restauração com a finalidade puramente estilística, considerou os as teses de Ruskin. Porém, ao contrário desse, não aceitava a possibilidade de “morte” da coisa em respeito a matéria original, dos feitos que o monumento vivenciou e do tempo pelo qual percorreu. Boito ponderou a viabilidade de atos restaurativos, evitando a completa destruição e com isso desaparecimento da coisa:

Isso segue uma lógica, mas uma lógica impiedosa. Não podendo conservar incólume o monumento, destruí-lo, ou deixa-lo, sem reforços e sem as inevitáveis renovações, morrer de sua morte natural, em paz. A arte do restaurador, volto a dizê-lo, é como a do cirurgião. Seria melhor (quem não o vê?) que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos; mas nem todos creem que seja melhor morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputado um dedo ou que usem uma perna de pau.⁶⁰

Vez que com o seu desaparecimento, o gatilho memorial que esse sugere também se esvai. Assim, a restauração passa a ser entendida como necessária para evitar a perda completa da coisa.

⁵⁸ Ao dialogar com as Teorias desenvolvidas por seus precursores, Camillo Boito se permitiu vivenciar cada dogma, cada paradigma de modo a reconhecer seus aspectos positivos e aqueles negativos. Assim, elevou-as, mas também as criticou de modo prático e incisivo ao formular corrente teórica própria, apropriando-se de seus ensinamentos e refletindo em sua elaboração as críticas as correntes restaurativas já consagradas.

⁵⁹ BOITO, 2016., p. 57.

⁶⁰ Ibid., p. 57.

Iniciou-se uma escola acerca da Teoria da Restauração a qual foi reconhecida por Restauro Filológico. Essa privilegia o valor documental da coisa. Considera a capacidade de perpetrar conhecimentos, técnicas, história e as razões da sociedade a qual pertence. Logo entende como necessário o comprometimento com a manutenção e perpetuação da obra. De forma que os atos restaurativos passam a ser uma opção distante quando presentes condições de reparar e manter a coisa em seu aspecto natural.

Porém permite espaço para atos de restauro desde que necessários e que suas alterações sejam mínimas, de modo a não retirar as características primordiais da obra. Tal distinção entre a obra em seu estado primitivo e os atos de restauração devem ser evidentes ao olhar. Apresentando características distintas do original, mas ainda agindo como parte integrante ao conjunto.

Ao pensar em restauro dividiu as obras de acordo com a história, época a qual pertence, a estabelecer uma sistematização acerca daquilo que seria alvo do procedimento e quais elementos eram dignos de maior atenção:

Classifica a restauração arquitetônica em três diferentes tipos, arqueológica, pictórica e arquitetônica, de acordo com as principais características do edifício que deveriam ser respeitadas: a importância arqueológica, para os monumentos da Antiguidade; as características pictóricas, para os edifícios medievais, sendo importante preservar sua aparência pitoresca; e a beleza arquitetônica, para os edifícios do Renascimento em diante.⁶¹

Assim, a valoração se dá em razão da capacidade documental, a qual deve ser mantida e perpetuada para que demais indivíduos a vislumbrem e que essa os deleite com seu retorno memorial e transcendental, ainda que esse locutor – o monumento edificado – tenha sido alvo de alterações as quais consideraram fatores estilísticos.

4.4 RESTAURO HISTÓRICO

O Restauro Histórico, possui como representante Luca Beltrami, o qual sofreu influência dos conceitos desenvolvidos por Camillo Boito, acrescentando a sua Teoria procedimentos técnicos capazes de viabilizar o retorno do monumento ao seu estado primitivo.

⁶¹ BOITO, 2016, p. 25.

Absorveu a repulsa aos métodos por vezes incisivos da escola francesa e o medo do destino final apresentado pela escola inglesa. Assim como Boito, pauta o restauro como necessário a propagação do conhecimento monumental, buscando evitar a morte do monumento.

Se distingue de seu antecessor vez não há de se falar em intervenções de caráter distinto daquele idealizado na origem do monumento. Desconsiderando todo o caminho pelo monumento percorrido e a interação social da sociedade para com a matéria. Acredita que o monumento deve ser recuperado a forma original, de forma a apagar todos os elementos que foram após acrescentados, ainda que propositalmente.

Desse modo, abstrai-se que essa corrente entende o monumento como matéria imutável – ou seria, necessariamente imutável – a qual deve permanecer inequivocamente presa ao estado idealizado pelo seu primeiro dirigente. Desconsiderando as alterações materiais que a esse atingiram. Prende-se a unidade e na ideia daquilo que um dia foi, a buscar restituir forma original. Assim, haveria de se pensar em essência inerente ao monumento ou a sua interação? Visto que o monumento em si assume uma posição secundária referente ao seu plano monumental originário, a matéria original, ocupando esse projeto o primeiro plano e elevado, enquanto o monumento em sua mera vivência pragmática tem peso insignificante quando comparado ao vir-a-ser descrito por seu idealizador.

4.5 RESTAURO CIENTÍFICO

Assim como Luca Beltrami, Gustavo Giovannoni formulou seu ideal restaurativo em consonância daquele pensado por Camillo Boito. Esse entrou em sintonia com o Restauro Filológico já no século XX.

Influenciado por Riegl, Beltrami reconhece o enquadramento urbano como complemento social do monumento edificado⁶². “Seus interesses e seus escritos

⁶² Considera no seu pensar restaurativo as contribuições de Alois Riegl, o qual reconhece o papel filológico dos monumentos e a relação desses com a organização e entendimento social. Distinguindo os monumentos a partir da capacidade memorial e condição da criação. Tal entendimento historiográfico e artístico respeita a coisa em seu aspecto presente, apresentando a estética originária acrescida dos elementos temporais a ele incorporados. Ainda, amplia o conceito de monumentos para além do conceito artístico, considerando apenas o fazer mecânico através de seres humanos e o amadurecimento dessa coisa junto as linhas temporais.

estendiam-se a variadas questões, como historiografia da arquitetura e produção arquitetônica contemporânea; voltaram-se também, com muita ênfase, às questões de urbanismo e de restauro urbano”⁶³:

Giovannoni, com efeito, entendia a cidade como organismo complexo, a ser trabalhado em sua inteireza, abordando a relação entre cidade existente, novas áreas de expansão e zonas de interesse para a preservação de maneira articulada, e não como mera oposição. O tratamento dessas zonas é o tema abordado no segundo dos textos aqui traduzidos “Il ‘Diradamento’ Edilizio Dei Vecchi Centri. Il quartiere dela Rinascenza in Roma”, ou seja, o “desbastamento” de edificações. Giovannoni estabelecer uma proposta articulada para a sobrevivência das áreas urbanas de interesse para a preservação, preconizando seu estudo minucioso, rua por rua, edifício por edifício, para, então, chegar a solução não-massificada, estudadas ponto a ponto, para melhorar as condições de salubridade, habitabilidade e circulação. Propõe não ter-se a vias retilíneas de largura constante, e, através de demolições pontuais (justificáveis e justificadas do ponto de vista da arte e da história), ou seja, o “desbastamento”, é possível, por exemplo, criar pequenos largos, que permitem uma melhor insolação e ventilação das edificações existentes, além de melhorar a visibilidade de alguns edifícios notáveis e as condições de tráfego. Propõe, ainda, que determinados trechos sejam recompostos através de novas edificações, que não deveriam, porém, destoar por cor ou volume, aconselhando que se faça recurso a formas simples com raízes na tradição arquitetônica local. Manifestou-se contra a arquitetura pseudomedieval, assim como também contrapôs às “fachadas da moda” e aos “ornatos artificiosos”; se o arquiteto não sabe fazer uma arquitetura contemporânea que possa inserir-se de maneira apropriada num ambiente historicizado, é melhor que não o faça e que recorra a formas simples mais próximas da tradição.⁶⁴

Logo, a matéria objeto de restauração passa a ter seu conteúdo ampliado, vez que um monumento deixa de ser importante a sociedade por si só, importando todo o conteúdo social edificado. A história não é materializada em uma única coisa ou lugar, mas é materializada nos arredores da coisa e no conjunto social ao qual pertence. Assim a ambientação urbanística passa a ser objeto de procedimentos restaurativos. Como reluzido no seguinte trecho:

Desse modo, nessas áreas, preserva-se a grande maioria das edificações, seguindo o mesmo rigor de aproximação metodológica para o tratamento tanto das “grandes eminências”, quanto das demais edificações que, por serem mais modestas, poderiam parecer admitir maior liberdade de ação; mas, justamente pela sua importância para a composição do ambiente urbano, demandam acurados estudos. Concomitantemente, são propostas algumas demolições pontuais e também novas construções, restritas ao mínimo necessário. Giovannoni estabelece, assim, a fundamentação teórica

⁶³ KUHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni**: Textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013, p. 15.

⁶⁴ Ibid., p. 21.

para guiar os atos não-conservativos, que estão presentes nas ações de preservação, seja na escala urbana, seja na escala do edifício, e que devem, sempre, ser baseados num pensamento de cunho cultural (as questões que dizem respeito à arte e à história), também para resolver questões práticas, como a salubridade de edificações e os problemas de circulação.⁶⁵

Em matéria de restauro esse incorporou as premissas restaurativas elaboradas por Boito. Considerando o valor documental da coisa, incorpora em sua esfera valorativa as marcas atribuídas pelo tempo. Ainda, se posicionou contra o restauro de inovação. Porém, aceita a utilização de procedimentos restaurativos quando estritamente necessários para a manutenção da coisa. De forma que o processo restaurativo deve considerar a estrutura e a estética original da obra, sendo elaborado de forma harmônica com a estrutura primitiva e necessariamente identificados.

De modo que, ao se pensar o Restauro Científico tem-se uma crítica formal as técnicas restaurativas elaboradas por Viollet-le-Duc, vez que criticou a busca por uma unidade estilística e a prerrogativa do restaurador de elevar a obra de acordo com o seu imaginário. Ao reconhecer os riscos inerente a um processo restaurativo, pensa-se na conservação e manutenção das edificações.

Giovannoni, expressamente, reafirma as proposições teóricas de Camillo Boito, formuladas desde as duas últimas décadas do século XIX, consolidando uma linha de pensamento que seria conhecida como “restauro científico” ou, mas apropriadamente, “restauro filológico”. Nessa corrente era dada grande atenção aos aspectos documentais das obras e às marcas de sua passagem ao longo do tempo, respeitando as várias fases e não mais, como fora comum na prática do século XIX, tentar impor na obra um estado completo idealizado, desconsiderando muitas de suas etapas; afasta-se, portanto, das recomposições miméticas, evidenciando, na intervenção, o momento em que foi realizada. A denominação “restauro filológico” vem justamente do fato de a ação assemelhar-se a edições críticas de textos, pois, ao tratar as lacunas do documento, as interpolações e interpretações são feitas através de elementos diferenciados: tipo e cor da letra, notas à margem do escrito.⁶⁶

Classifica os tipos de restauro em razão da condição do objeto. Separando em Restauro de Consolidação, o qual busca dar solidez ou condições de consolidação do estado do prédio edificado. O Restauro de Recomposição, o qual busca a recomposição de todas as partes da coisa, ainda que anteriormente desmembradas. O Restauro de Liberação, que é aquele que retira todos os acréscimos realizados

⁶⁵ KUHL, 2013, p. 23.

⁶⁶ KUHL, 2013, p. 19.

sobre a obra com uma finalidade estritamente estilística, desconsiderando sua integridade de estilos. E o Restauro de Complementação, o qual utiliza-se de acréscimos neutros com o intuito de manter a integridade da obra.

Assim, fica evidente a ênfase do objeto monumental em razão de seu valor histórico e documental. Seu pensamento ressonou na elaboração da Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos, de 1931⁶⁷.

4.6 CARTA DE ATENAS

A Carta de Restauro⁶⁸ formalizou a necessidade de se proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, assim como o seu entorno social. Reconhecendo o Direito ao patrimônio cultural sob a perspectiva de Direito difuso, sobrevivendo o direito da coletividade quando em relação a Direitos individuais.

Formalizou a necessidade de uma organização internacional que tenha por objeto informar de modo prático e consultivo a realização de práticas de Restauro. A reconhecer a matéria pertinente ao restauro como ciência a qual necessita de estudo crítico, de modo a realizar um aprofundamento teórico do conteúdo e evitar que o valor histórico e estilístico primitivo seja inferiorizado frente aos avanços da modernidade. Porém, respeita a soberania de cada país acerca da legislação quanto à preservação e reconhecimento desses lugares históricos e culturais.

Em aspectos técnicos esse documento internacional constata a necessidade de proteção e custódia do ambiente do qual o patrimônio é originário. Porém, em um gesto progressista e reconhece o monumento em seu aspecto formal e desconsidera a unidade material ao reconhecer a possibilidade de utilização de técnicas e matérias provenientes da modernidade, dentre eles o concreto armado.

4.7 O RESTAURO CRÍTICO

O Restauro Crítico surge em um contexto no qual tudo aquilo que havia sido pensado em matéria de restauro passa a ser questionado, vez que a Segunda Guerra

⁶⁷ LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Traduzido por Rebecca Scherer. São Paulo: HUCITEC/edusp, s/d.

⁶⁸ LE CORBUSIER, loc. cit.

Mundial provocou impacto de cunho destrutivo sobre grande parte do patrimônio cultural.

Nesse contexto, Cesare Brandi, influenciado pela contribuição teórica de Alois Riegl, identificou o monumento sob a acepção de seu valor histórico, capaz de propiciar o reconhecimento do presente através do contato com o passado.

Razão pela qual organiza “uma ampla e sistemática enunciação filosófica do problema da restauração, traduzível tanto em uma “teoria” geral quanto em princípios operativos válidos”⁶⁹. Afirmando existir impossibilidade de se eleger valores ou técnicas restaurativas de cunho universal, vez que “a obra de arte condiciona a restauração e não o contrário”⁷⁰

A obra de arte (pintura, escultura, expressão arquitetônica, mas também centro histórico ou paisagem), como tal e como produto ou testemunho da atuação humana em um certo tempo e lugar, coloca a dúplice instância fundamental segundo a qual se deve estruturar: a histórica e a estética, podendo cada qual, para fins da restauração, ter exigências próprias, diversas e contrastantes, desde a pura conservação, por outro lado, até as propostas profundamente reintegrativas, por outro. Na contemporização das duas instâncias, que não pode ser resolvido com um simples compromisso, está o núcleo em redor do qual girou, pelo menos do Setecentos até hoje, toda a reflexão sobre o restauro. A alternativa conservação / re-criação, muito evidente na contraposição ideal de John Ruskin a Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, espelha aquela outra mais profunda, da historicidade / artisticidade do objeto da restauração, que Brandi, enquanto enfrenta o problema crucial da conservação ou remoção das adições, mostra sempre o desejo de resolver através do recurso a um “juízo de valor” que determina “a prevalência de uma ou de outra instância”.⁷¹

Assim, o restauro crítico delimita alguns axiomas que não de nortear os procedimentos de conservação e restauro na análise casuística. Observadas as particularidades de cada patrimônio, na condição de obra de arte⁷², capaz de assegurar a transmissão do passado ao futuro, razão pela qual esse é objeto de restauro. Vez que entendido como obra de arte, há o respeito pela dialética entre o atributo histórico e artístico, impossibilitando que o restauro infrinja a unidade que se pretende reconstruir.

⁶⁹ BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4 ed. Traduzido por Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2016, p.10.

⁷⁰ Ibid., p. 11.

⁷¹ BRANDI, loc. cit.

⁷² “A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” Ibid., p. 30.

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte pelo tempo.⁷³

Logo, o ato restaurativo deve mostrar-se, de modo a incorporar a obra de arte, porém de forma em que não invada a sua unidade.⁷⁴ Assim, exprime-se que, em suma, o Restauro Crítico se estrutura de forma a respeitar a temporalidade e o estado da obra de arte.

4.8 CARTA DE VENEZA

No 2º Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, foi formulada a Carta de Veneza⁷⁵; dando aplicabilidade aos princípios base da teoria brandiana⁷⁶.

Responsável por ampliar o conceito de monumento histórico, elevando a esse tudo aquilo que “dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução

⁷³ BRANDI, 2016, p. 33.

⁷⁴ “A integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. Desse modo, a integração deverá ser invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível de imediato, e sem necessidade de instrumentos especiais, quando se chega a uma visão aproximada.” Ibid., p. 47.

⁷⁵ DE VENEZA, Congresso de 1964. CARTA DE VENEZA 1964 – CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 11.

⁷⁶ O restauro filológico, porém, mostrou certos limites, que ficaram evidentes com as devastações geradas pela Segunda guerra Mundial. Mostrou-se insuficiente considerarem-se tão-só as questões documentais da obra, não trabalhando, conjuntamente, com meios conceituais mais elaborados para lidar com seus aspectos de conformação e figurativos, assim como tratar lacunas (pictóricas, escultóricas, arquitetônicas, urbanas) através de “neutros”. Desse modo o restauro crítico, ao mesmo tempo em que acolhe os princípios fundamentais do restauro filológico – de respeito pelas várias estratificações do bem e de diferenciar a ação contemporânea –, também os associa ao tratamento da dimensão formal das obras, trazendo para a discussão teorias estéticas e questões relacionadas à percepção próprias da primeira metade do século XX. É postura inovadora por considerar as dimensões – formal e documental – concomitantemente, através duma relação dialética. Entre os expoentes dessa linha de pensamento estavam Renato bonelli, Piero gazzola e Roberto Pane. Suas discussões dialogavam com as propostas teóricas de brandi, oferecendo meios para questionamentos e aprofundamentos recíproco. A esse contexto de discussões se associavam também Philippot e Lemaire. A Carta de Veneza é herdeira direta do restauro crítico e, indiretamente, também da teoria brandiana. KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539> >. Acesso em: 13 abr. 2021.

significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se [...] também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, um significado cultural”⁷⁷.

Além da interdisciplinaridade ao se pensar conservar ou restaurar o patrimônio monumental. Entendendo que tal ato deve ser permeado por estudos históricos, análise antropológica – uma vez que se deve observar a destinação útil/social da coisa –, análise técnica, entre outros.

Desse modo, reconhece que o ato de conservar o restaurar o patrimônio edificado tem por finalidade resguardar a obra de arte, assim como a capacidade do objeto, elevado a condição de patrimônio, interagir para com o observador, no sentido de lhe propiciar um testemunho da história da humanidade.

⁷⁷ CARTA DE VENEZA, 1964.

5 ONDE RESGUARDA O SER NO MONUMENTO

Após um breve estudo das teorias e do entendimento acerca da conservação e restauro, faz-se necessário delimitar uma unidade de medida que atue como unidade elementar capaz de medir ou analisar a aplicabilidade de tais teorias, observando o objeto do Direito Humano ao Patrimônio Cultural, optou-se pela análise prática através de um viés filosófico.

Partindo dessa premissa básica, sobreponho sobre a matéria de estudo – o patrimônio cultural edificado – a filosofia pré-socrática, especificamente no que diz respeito ao estudo da essência, que consiste na delimitação do conteúdo entendido como essencial, do ser e do não-ser. A filosofia natural possui como método a

metafísica⁷⁸, vez que versa sobre o essencial primordial⁷⁹, a possuir como objeto “o ser” em sua completa amplitude, aparência e (in)aparência.

O estudo do ser se faz pertinente vez que ao se especular o conteúdo deste, o ente objeto de preservação torna-se evidente, permitindo discriminar as Teorias e

⁷⁸ Para Wittgenstein um dos problemas fundamentais da filosofia consiste em sua própria natureza metafísica – vez que atribui a questões singulares respostas universais –. Tal discussão é objeto do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de modo a questionar a essência de tudo aquilo que o antecede. Esse desmistifica a linguagem através de isomorfismo estrutural. “6.53 O método correto da filosofia seria propriamente esse: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, preposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas preposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto” (WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1961, p. 129). Diante da tentativa de se racionalizar a filosofia por meio de constates lógicas, em sua última obra, *Investigações Filosóficas*, escrita após reflexões, há o reconhecimento de nuances existentes em um jogo de linguagem – sintaxe, semântica, pragmática e hermenêutica – o que ocasionou uma virada pragmática no entendimento ocidental acerca da filosofia da linguagem. “124. A filosofia não deve de modo algum, tocar no uso efetivo da linguagem; em último caso, pode apenas descrevê-lo. Pois também não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está. Deixa também a matemática como está, e nenhuma descoberta matemática pode fazê-la progredir. Um “problema central da lógica matemática” é para nós um problema da matemática como outro qualquer. 125. Não é tarefa da filosofia resolver a contradição por meio de uma descoberta lógico-matemática. Mas tornar visível o estado da matemática que nos inquieta, o estado anterior à resolução da contradição. (E com isto não se elimina uma dificuldade.) O fato fundamental aqui é que fixamos regras, uma técnica, para um jogo e que, quando seguimos as regras, as coisas não se passam como havíamos suposto. Que portanto nos aprisionamos, por assim dizer, em nossas próprias regras. Este aprisionamento em nossas regras é o que queremos compreender, isto é, aquilo de que queremos ter uma visão panorâmica. Isto esclarece nosso conceito de querer dizer. Pois, naqueles casos, as coisas se passam de modo diferente do que havíamos querido dizer e previsto. É exatamente o que dizemos quando, por exemplo, surge a contradição: “Não foi o que eu quis dizer”. A posição cotidiana (*bürgerlichen*): este é o problema filosófico. 126. A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. – Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. Pois o que está oculto não nos interessa. Pode-se chamar também de “filosofia” o que é possível antes de todas as novas descobertas e invenções. 127. O trabalho do filósofo é um acumular recordações para uma finalidade determinada. 128. Se se quisesse expor teses em filosofia, nunca se chegaria a uma discussão sobre elas, porque todos estariam de acordo. 129. Os aspectos para nós mais importantes das coisas estão ocultos pela sua simplicidade e trivialidade. (Podemos não nota-los por tê-los sempre diante dos nossos olhos.) Os homens não se dão conta dos verdadeiros fundamentos de sua pesquisa. A menos que uma vez tenham se dado conta disto. – E isto significa: não nos damos conta daquilo que, uma vez visto, é o mais marcante e o mais forte. 130. Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, - como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como objetos de comparação, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem.” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 67-68) Compreendendo que a criação – ou o reconhecimento – de uma metodologia lógica-matemática é incapaz de resolver todos os dilemas filosóficos, vez que os fatores que o permeiam possuem natureza essencialmente linguística. O que possibilita o reconhecimento da metafísica como método. De modo que a barreira, antes espessa, responsável por separar a filosofia analítica da linguagem se torna cada vez mais tênue em razão do giro linguístico.

⁷⁹ “Metafísica é o perguntar além do ente para recuperá-lo, enquanto tal para a compreensão”. (HEIDEGGER, Martin. **Que é metafísica**. Conferências e escritos. São Paulo: Abril Cultural. 1979, p. 43)

técnicas a serem utilizadas no ato de restaurar um patrimônio cultural edificado. Em razão do “ser” ser o verdadeiro objeto a ser preservado.

À luz do ser pode-se apenas perguntar pelo ente e responder à pergunta – o que é ente? A luz em si mesma continua desconsiderada, da mesma maneira que se toma o dia como evidência ocupando-se em sua “luz” com o diurno de todos os dias. Existe uma conjuntura peculiar entre o dia e a continuidade. Vivemos o dia-a-dia, como se diz. De Platão a Nietzsche, a metafísica que se pergunta pelo ente à luz do ser vive o dia-a-dia. Devemos, no entanto, saber que na chamada “questão do ser”, esta em que o ser permanece nele mesmo, inquestionado e, sobretudo, inquestionável, não só não se pergunta pelo ser, como também a metafísica nunca pode se colocar a questão do ser. No momento em que nos perguntamos “o que é metafísica?”, essa pergunta se faz a partir de outro âmbito de questionamento. Desse modo, torna-se a pergunta “o que é metafísica?” como uma pergunta autêntica, e não só como uma forma em que a metafísica, permanecendo inquestionada, é discutida somente no que diz respeito à sua construção, suas disciplinas e esquemas.⁸⁰

Embora a princípio haja contrariedade na unidade utilizada para analisar o objeto, em se tratar de monumentos – consequentemente rígidos, elevados a condição de patrimônio cultural edificado –, os quais não de ser afetados pela variável tempo, a qual possui uma aplicação incerta e implacável sobre o objeto. Razão pela qual a unidade utilizada possui natureza dinâmica – trata-se de uma unidade de medida amparada por hipostasias, de forma que os pressupostos a essa aplicáveis não possuem respaldo lógico –, o que permite relacionar o objeto (monumento) e a variável (tempo) até o encontro matemático daquilo em que consiste o ser. Demonstra-se por meio da equação⁸¹:

$$\text{ser} = \text{monumento} \times \text{tempo}$$

Sendo o ser resultado do objeto monumento multiplicado pela variável tempo. Ao se isolar o objeto monumento, passa-se a visualizá-lo apenas na condição de estrutura arquitetônica, material. Resumido no aparente, vez que é aquilo que salta aos olhos. Porém insensível, por se tratar apenas de um elemento físico desprovido de sensibilidade, o qual assume o aspecto de manto protetor, que algo há de proteger. Assim, a condição de ente⁸².

⁸⁰ HEIDEGGER, 1998, p. 111.

⁸¹ Elaborada em colaboração com Bárbara Pacheco dos Santos e Thiago Rodrigues Silva.

⁸² “O que é o ente?” pergunta o pensador. Na determinação aqui explicitada daquilo que o pensador constitui o a-se pensar, encontramos a palavra, o ente. Assim, novamente, uma palavra que tem o

Enquanto que a variável tempo segue sua autonomia ontológica – já debruçada anteriormente –. Instável, implacável, provocadora de mudanças – sejam elas físicas ou substanciais. Nesse contexto o entendimento de tempo considera como objeto de seu conjunto o contato humano, extraindo-se o entendimento de que o contato humano se dá ao longo do tempo. De modo que, pertence a variável tempo a sociabilização do ente. Implicando o tempo em sociabilidade.

De forma que o monumento – entendido a partir de uma interpretação ontológica de ente oriunda da filosofia essencial – é aquele que quando acrescido pelo tempo, adquire a condição de ser.

Como palavra de todas as palavras, a palavra ser é, portanto, propriamente, a palavra originária-do-tempo. Como palavra de todas as palavras, ser, esta palavra-do-tempo nomeia “o tempo de todos os tempos”. Ser e tempo pertencem um ao outro de maneira originária. Ao menos uma vez o pensamento deve pensar no percurso comum de “Ser e Tempo”.⁸³

Logo, o conteúdo essencial inexistente quando se trata de mero ente edificado desprovido de sociabilização. Sendo diretamente proporcional o ente edificado à

caráter participípio. Apreendemos, contudo, esse participípio segundo a representação comum mais à mão, isto é, segundo o significado substantivo. De acordo com a observação feita até agora sobre as sentenças de Aristóteles, o a-se-pensar do pensador. Disso se pode concluir muito pouco, se essa palavra participial deve ser compreendida “substantivamente”, “verbalmente” ou ainda de outra maneira. No entanto, o próprio Aristóteles pode nos socorrer nesse apuro. A primeira frase de um de seus tratados, que oferece um projeto do campo em que se deve abrigar o pensamento essencial, começa assim:

‘É (ou seja, existe a possibilidade e a necessidade interior de) algum saber, que tem em vista o ente à medida em que é ente (portanto um saber), segundo o qual também tem em vista tudo aquilo que, em sendo ente, vem ao encontro em si mesmo.’

Segundo essa frase de Aristóteles, o pensamento essencial é um saber. Esse saber tem como especificidade ter em vista o que é para ele o a-se-pensar. Tem-se em vista o ente, mas isto quer dizer: a vista é uma visão de que o ente é ente. No ente, o que se deve assim agarrar não é o que está mais à mão, ou seja, se é uma casa, uma árvore, um asno, um homem ou outra coisa, mas o ente deve ser visto “somente” a partir da distância transparente em que se determina como um ente. Ente, porém, é ente só pelo fato de que “é”, ou seja, pelo fato de “ser”. O ente, é, o procurado, mas procurado no pensamento que pensa o ente, o ser dos entes é aquilo que vem de encontro ao ser.

Em grego ser é. Essa palavra vai é o infinitivo do verbo cujo participípio é. Aqui fica claro: se o pensador pensa o ente, então ele compreende a palavra participial não no sentido substantivado, mas no sentido verbal. A questão abreviada é ambígua – o que é o ente? – mostra-se, na verdade, como a pergunta que conduz os pensadores. Sob o fio condutos dessa pergunta, eles não perguntam, porém, se o ente é uma pedra, um osso, um asno ou um triângulo. A pergunta em causa para os pensadores – o que é o ente? – significa somente a pergunta: o que é o ser dos entes? O que é isso, dentro e através do que algo é “ente”? O que caracteriza como tal o “ente” que “está sendo”?

A linguagem chama, por exemplo, de liberdade o que caracteriza e distingue o “livre” como tal, o que se distingue enquanto um livre. O que relaciona o ser-justo com o justo é a justiça. Consequentemente, deveríamos dizer, mesmo fazendo estremecer o ouvido comum, a

que aquilo que caracteriza o ente como tal é a “entidade”. HEIDEGGER, 1998, p. 70 - 72.

⁸³ Ibid., p. 74.

socialização que consta no conjunto tempo – uma vez que a socialização é decorrente do tempo –, capaz de provocar a sensibilização dos sujeitos para com o monumento e vice-e-versa. Assim, a sensibilização do – antes – objeto resulta na grandeza maior que seria “o ser do monumento”.

Nota-se que pensar uma ontologia concernente aos monumentos não se trata de inovação, vez que o estudo da existência de conteúdo essencial nos monumentos já havia sido objeto de indagação na filosofia:

Para os gregos, os entes aparecem no seu ser e na sua “essência” não somente na “palavra”, mas igualmente na escultura. Se na verdade, o divino, no sentido grego, é precisamente o ser ele próprio vindo do seu interior para o ordinário, e se a essência divina aparece precisamente para os gregos na arquitetura de seus templos e na escultura de suas estátuas, o que acontece, então, com a afirmada prioridade da palavra e de acordo com a prioridade da poesia e do pensamento? Para os gregos, não são arquitetura e escultura, justamente com respeito ao divino, de um grau mais alto de dignidade ou ao menos do mesmo grau, como poesia e pensamento? Não há aí uma razão bem justificada para nosso procedimento de formarmos, com base na arquitetura e escultura, uma “imagem” “histórica” paradigmática da essência do mundo grego? Só podemos colocar e discutir essas amplas questões aqui dentro dos limites postos por nessa meditação acerca da essência. É fácil ver que aqui se pergunta acerca das “classes de arte” e de seu nível de qualidade: arquitetura, escultura, poesia. Aqui estamos pensando sobre a essência da arte, na verdade, não em geral e vagamente nem como uma “expressão” da cultura ou como uma “testemunha” do potencial criativo do homem. O foco do nosso interesse é mostrar como a obra de arte “da própria arte” deixa o ser aparecer e o traz para o desencobrimento. Perguntar assim está distante do pensamento metafísico acerca da arte, pois este pensa “esteticamente”. Isso significa: a obra é considerada com respeito ao seu efeito sobre o homem e sobre sua experiência vivida. Mas, na medida em que a própria obra é considerada, é vista como produção de uma criação, “criação” essa que expressa um “impulso de vivência”. Mesmo quando se considera em si mesma a obra de arte, ela é tomada como “objeto” e “produto” de uma experiência de vivência criativa ou imitativa. Isso significa: é constantemente concebida com base na percepção humana subjetiva. A consideração estética da arte e da obra de arte começa precisamente (pela necessidade essencial) com o início da metafísica. [...] De fato, arquitetura e escultura não usam a palavra como seu material base. Mas como poderiam lá estar templos ou estátuas, existindo para o que eles são, sem a palavra? [...] Mas a circunstância de que num templo ou numa estátua de Apolo não existem palavras como material de base a ser trabalhado e “forjado”, não prova ainda de forma alguma que essas “obras”, no que elas são e como são, não necessitem da palavra, e especialmente dela, de um modo essencial. A essência da palavra, considerada nas suas possibilidades totais, não consiste primeiramente no seu som vocal, nem na loquacidade e barulho, nem na sua função meramente técnica de comunicar informações. A estátua e o templo estão num diálogo silencioso com o homem no desencoberto. Se não fosse a palavra silenciosa, então o deus que vê como visão da estátua e de seus traços configurados jamais poderia apresentar-se como a casa do deus. O fato de que os gregos não descrevem nem falem sobre suas “obras de arte” “esteticamente” testemunha que as obras estavam, na verdade, protegidas na clareza da palavra. [...] Por isso, de um modo essencialmente único,

através de sua poesia e de seu pensamento, os gregos experimentam o ser no desencobrimento da saga e da palavra. E somente por isso sua arquitetura e escultura têm a nobreza do construído e do esculpido que elas mostram. Essa “obras” estão no médium da palavra. [...] Em geral “a arte” não era objeto de uma “cultura” de um impulso de Vicência, mas sim a ação de “trazer-para-a-obra” [*Ins-werk-bringen*] o desencobrimento do ser a partir da vigência do próprio ser.⁸⁴

Tal reflexão aborda o descobrimento da essência primordial do ser “como aquele que, olhando para o ordinário, vê a partir do interior, isto é, aparece”⁸⁵ na arquitetura. A compreender que o conteúdo essencial se apresenta “do interior no descoberto”⁸⁶. Extraíndo-se que no objeto encontra-se o reflexo da essência do homem, o qual eleva-o a uma auto manifestação de si próprio. A existir uma correspondência entre o ser e a coisa.

Assim, utilizando-se dos ensinamentos dos pensadores originários⁸⁷, Heráclito de Éfeso e Parmênides de Eleia, pretende-se identificar através de um processo descritivo permeado por uma reconstrução – ou seria desconstrução – da ontologia fundamental, especulações acerca do conteúdo essencial existente em um monumento, e de onde, ou no que, esse se apresenta. Pois uma vez identificado o conteúdo essencial de um monumento, identifica-se a matéria que deveria ser objeto de preservação ou restauração, visando a proteção do patrimônio cultural.

Porém, faz-se necessário instituir uma premissa para prosseguir com o devaneio, vez que o conteúdo essencial é indefinido, e que a matéria adiante abordada trata-se de mera discussão ilustrativa, especulação sobre o que é o ser, onde e no que consiste em um monumento; em se tratar de um processo hermenêutico que estuda o conteúdo essencial que permeia um monumento.

⁸⁴ HEIDEGGER, 2008, p. 166 -169.

⁸⁵ Ibid, p. 165.

⁸⁶ HEIDEGGER, loc. cit.

⁸⁷ o que os primeiros filósofos gregos, aqueles que são chamados de “pensadores originários”, entendiam por *Physis*. Para eles, a *Physis* tinha uma aura “divina”, pois era a fonte originária, a arché de todas as coisas que constituíam o Universo. Na convergência divergente de sua unidade e na divergência convergente da diversidade de suas partes, a totalidade dos seres formava a harmonia cósmica, “a harmonia mais bela”, a “καλλισθη αρμονια” como disse Heráclito de Éfeso em um dos seus mais belos fragmentos.² Esta unidade polivalente transparece, claramente, na etimologia latina da palavra *Universus*, que se poderia desdobrar assim: *Universus* = *omnia versus Unum*, vale dizer, todas as coisas (omnia) estão voltadas para (*versus*) o *Uno* (*Unum*). Pois bem, de todas essas coisas, os primeiros filósofos gregos tentavam descobrir a origem (*αρχη*) e o processo de seu vir-a-ser (*φυναι*). Portanto, o “pensamento originário”, que deu origem ao filosofar na Grécia Antiga, foi inteiramente consagrado ao estudo do *φυναι* (vir-a-ser) da *φυσικς* (Natureza). ROCHA, Zeferino. Heráclito de Éfeso, filósofo do Lógos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**, v. 7, n. 4, p. 7 - 31, 2004.

Mas o que é essência da verdade para nós? - Nós não o sabemos, porque não compreendemos a essência da verdade, nem compreendemos a nós mesmos, e não sabemos quem nós mesmos somos. Talvez essa dupla ignorância sobre a verdade e sobre nós mesmos seja uma única e mesma. Mas já é bom saber deste não-saber, e precisamente por causa do ser, ao qual pertence o temor do pensar. Pensar não é saber, mas talvez seja mais essencial do que saber, porque está mais próximo do ser, está naquela proximidade que é encoberta de longe. Não sabemos a essência da verdade. Por isso nos é necessário perguntar sobre isso e, nessa questão, ser tocados de modo que experimentemos qual a condição mínima que necessita ser realizada, se nos dispomos a dignificar a essência da verdade como uma questão. A condição é que realizemos a tarefa do pensar.⁸⁸

5.1 O SER SEGUNDO PARMÊNIDES

A concepção de ser (*αλήθεια*) para Parmênides tem como base o negacionismo de obliterações⁸⁹. Pois parte do pretexto de que, em um contexto, o qual considera a possibilidade do desaparecimento de parte⁹⁰, a integridade do objeto tende a se perder⁹¹.

⁸⁸ HEIDEGGER, 2008, p. 230.

⁸⁹ “A obliteração, é um encobrimento que subtrai algo essencial e aliena o próprio homem a si mesmo, isto é, o faz estranho à possibilidade de morar na sua essência” Ibid., p. 108 - 109.

⁹⁰ O encobrimento tem a ver, de antemão, com todo o ser-presente [*Dabei-sein*] do homem junto dos entes. Apenas porque é assim, o esquecimento atinge igualmente, e de modo igualmente originário, tanto o comportamento “teorético” como o “prático”. Com base nessa elucidação da essência da obliteração como encobrimento e com respeito ao que segue, podemos resumir a meditação realizada numa espécie de “definição”. [...] A obliteração, é o encobrimento que deixa o passado, o presente e o futuro sucumbirem no fora de uma ausência, ela mesma ausente, e com isso coloca o próprio homem deslocado no encobrimento, numa relação com o retraimento, de tal maneira que este encobrimento, por sua parte, não aparece no todo. [...] encobre enquanto subtrai. Ela subtrai na medida em que, se retendo em si mesma, deixa fluir o descoberto e seu desencobrimento no “fora” de uma ausência velada.⁹⁰ Ibid., p. 107.

⁹¹ “Mas o que acontece se precisamente essa essência da *αλήθεια*, e com ela a essência primordial do ser, que se manifesta por si mesma, se desfiguram mediante transformações, e por causa de tais desfigurações finalmente são vítimas do encobrimento no sentido da obliteração? O que acontece então, se a essência do ser e a essência da verdade são esquecidas? O que acontece então, se o esquecimento do ser circunda com erros da história da humanidade histórica de modo invisível e sem sinais? Se a divindade originária emerge com base na essência do ser, não deveria o esquecimento do ser ser o fundamento para o fato de que, desde então, a origem da verdade do ser se retraiu, ela mesma, no encobrimento, e nenhum deus pôde então aparecer emergindo do próprio ser? [...] Apenas quando o ser e a essência da verdade vêm a ser recordadas fora do esquecimento, a humanidade ocidental poderá assegurar-se da pré-condição, prévia mais preliminar, para o que é o mais preliminar de tudo que é preliminar, isto é, uma experiência da essência do ser como o domínio, no qual uma decisão sobre os deuses e sobre a ausência dos deuses pode somente então ser preparada [...] E história é o evento da decisão essencial sobre a essência da verdade, cujo evento é sempre um vir-a-ser [...] e jamais algo passado [...]. No esquecimento, porém, somos subservientes ao passado de modo mais duro.” Ibid., p. 162 -164.

Os gregos, porém, expressam a vigência do encobrimento antes de tudo na palavra [...], que traduzimos usualmente por “esquecer” e com isso a reinterpretemos de uma tal forma que a essência grega se perde. Nossa meditação anterior já mostrou que, no “esquecer”, ocorre, para os gregos, um encobrimento. O esquecido é, na experiência dos gregos, o que afundou num encobrimento (numa latência), especificamente de maneira que o afundar, isto é, o encobrimento, permanece encoberto para aquele próprio que esqueceu. De modo mais exato e ainda mais grego: aquele que esquece permanece para si mesmo encoberto em sua relação com o que acontece aqui, no que diz respeito ao que nós, então, em consequência desse evento, chamamos de o esquecido. Aquele que esquece não esquece somente o esquecido, mas, no decorrer, esquece a si próprio como aquele para quem o esquecido se subtraiu. Toma lugar aqui um encobrimento que atinge igualmente o esquecido e, também, aquele que esquece sem, entretanto, fazer esquecer ambos.⁹²

Exalta-se o uno, de forma que “desencobrimento e encobrimento são características básicas do ser”⁹³. Vez que o conteúdo essencial observa as relações existentes no passado, presente e futuro, experiências, estímulos, marcas, histórias, ou seja, todos os eventos que sobrevêm ao ente. A matéria ontológica evidencia-se a partir do encontro de todos os tempos e todos os entes; há assumir uma forma unitária. Logo, não se discute o não-ser, o qual por si só é contraditório ao entendimento acerca do conteúdo essencial formulado por Parmênides. Em razão do ser contemplar todos os tempos, ser eterno e contínuo.

O ser [...] é o que todos os entes mostra a si mesmo e o que a partir dele brilha através deles; está é a razão precisa pela qual o homem pode aprender os entes como tais. Isto que brilha em todo ordinário, o extraordinário como que se mostra de antemão, o que desponta originariamente no sentido iminente.⁹⁴

Parmênides acreditava no uno, no inabalável. Que ao se pensar em uma ontologia, dever-se-ia considerar todas as facetas do objeto analisado. Vez que para ele o ser é uma produção de todas as experiências vividas, internalizadas ou não. Uma representação do tudo, do amplo. O qual não é condicionado a uma memória racional da coisa, mas a memória primitiva. O fato gerador do ser não é o descobrimento em si, mas as consequências do desencobrimento, pois ao se desencobrir e encobrir, o ente é condicionado a mudanças filológicas. De modo que:

⁹² HEIDEGGER, 2008, p. 107.

⁹³ Ibid., p. 107.

⁹⁴ Ibid., p. 152.

O olhar, [...] não é olhar como atividade e ato do “sujeito”, mas o vislumbre como emergir do “objeto” e seu ir e vir ao encontro. Ver é automostrar-se no qual a essência da pessoa que encontra se reúne em si, no que a pessoa do encontro “emerge” no duplo sentido de que sua essência é colhida neste olhar como a soma de sua existência recolhida, e que esse todo recolhido e simples dessa essência abre a si mesmo no olhar – abre certamente para deixar vigorar no assim descoberto, ao mesmo tempo, o encobrimento e o abismo de sua essência. (Ver, [...], é oferecer o vislumbre, ou seja, o vislumbre do ser dos entes, que são os próprios entes enquanto aqueles que vislumbram. Mediante um tal olhar o homem se distingue e pode se destacar somente através disso, porque esse vislumbrar que mostra o próprio ser não é algo humano, mas pertence à essência do próprio ser como pertencendo à aparência no descoberto).⁹⁵

Ao se pensar o ser como o uno rompe-se a barreira física da coisa. Estando o ente condicionado ao estado, enquanto o ser a toda partícula. Resguardando em si toda a experiência do passado, presente e futuro. Sendo aquilo que foi, é e virá-a-ser. Ao se considerar toda possibilidade de transformação, o essencial apresenta-se no imobilismo, naquilo que transcende o transitório.

“da essência contrária à verdade se desentranha, mais originariamente, a essência da [...], nela mesma, instalando, em princípio, unidade no próprio combate da oposição. A [...] é contra o encobrimento e neste ser “contra” é também a favor da proteção do encoberto, isto é, favorece a guarda do que se encobre. Por ser pela guarda e a favor da proteção do desencoberto, a [...] é contra o encobrimento. Este ser “a favor” [*Für*] e “contra” [*Gegen*] da [...] não é, em si mesmo, um “duelo”, que em sua vigência desnucleasse um do outro e assim caísse fora da essência, mas é o combate [*Streit*], a partir do qual a [...] vem a ser unidade e toma empuxe para a unidade. A unidade vigente no combate da essência primordial é o que constitui e perfaz a intimidade.”⁹⁶

5.1.1 Sobreposição da teoria ontológica de Parmênides sobre o monumento

Ao se sobrepor o entendimento acerca do conteúdo essencial delimitado por Parmênides ao conteúdo edificado, pode-se a princípio inferir que o desencoberto no monumento – a forma como esse se apresenta ao mundo – é o ente. De forma em que o ente limita-se ao senso estético da coisa, mostrando-se na forma como o objeto se apresenta aos sujeitos.

O desencoberto é originariamente o que está resguardado no desencobrimento contra o encobrimento que se recolhe, e, por esta razão, se encontra protegido, e como tal é o que não se subtraiu. O desencoberto não

⁹⁵ HEIDEGGER, 2008, p. 151.

⁹⁶ Ibid., p. 192 - 193.

se torna presente de maneira indeterminada, como se o véu do encobrimento, simplesmente, tivesse sido removido. O desencoberto é o não-ausente [*Un-abwesende*], sobre o qual o recolhimento do encobrimento não mais vigora. Tornar-se presente [*An-wesen*] é, em si mesmo, um emergir, isto é, um radical desencobrimento, de tal maneira que o que emerge e o que se descobre é assumido no desencobrimento, resguardado por ele e nele protegido. [...], o “desencoberto”, revela para nós, de forma mais clara, sua essência, precisamente a partir da sua relação com [...]. O desencoberto é o que entrou na tranquilidade do puro aparecer de si mesmo e da “aparência”. O desencoberto é o que está, portanto, resguardado. O tornar-se claro pertencente à essência da essência contrária, *Xr|0q*, como o recolhimento do encobrimento, é o que permite a essência do desencobrimento ser trazida à luz. Inicialmente, desencobrimento poderia dizer apenas algo como “desvelamento” [*Ent-hehlung*] do velamento, isto é, do encobrimento. Mas o descobrimento [*Ent-bergung*] não diz a simples remoção e eliminação do encobrimento [*Ver-bergung*]. Devemos pensar descobrimento exatamente da mesma maneira como pensamos, por exemplo, o “emergir” e, ao mesmo tempo, o “desenvolver-se”. Emergir significa liberar o que está contido; o desenvolver-se remete para um deixar surgir as dobras do múltiplo na sua multiplicidade. A primeira tendência é tentar compreender o descobrir em oposição a encobrir, assim como desembaraçar está em oposição a embaraçar. O descobrimento, contudo, não resulta, simplesmente, em algo descoberto como desencoberto. Em vez disso, o descobrimento é ao mesmo tempo um encobrimento, assim como inflamar não elimina a chama, mas a integra em sua essência. O descobrimento está igualmente “para” um ocultar-se do desencoberto e isto como presencialização do desencobrimento, ou seja, no ser. Em tal ocultar-se, primeiramente emerge o descoberto como um ente. “Descobrimento”, agora, significa penetrar no ocultamento: isto é, preservar o desencoberto no desencobrimento. A palavra “descobrimento”, apropriação do que somente uma profunda meditação poderia revelar, contém, num sentido mais pleno, como também, constitutivo na sua essência, este momento de abrigo, enquanto “desencobrimento” diz, somente, a remoção do encobrimento. A palavra “descobrimento” é, essencial e advertidamente, ambígua naquilo que expressa um duplo sentido intrínseco na unidade: por um lado, como descobrimento, é a remoção do encobrimento, ou seja, do encobrimento que se retrai [...]; assim, o descobrimento é, então, também, supressão da distorção e do deslocamento [...]. Por outro lado, contudo, como descobrimento, é o recolhimento do encobrimento, isto é, a assunção e a preservação no desencobrimento. Entendido na plenitude de sua vigência, “o descobrimento” remete para a cobertura protetora do que está descoberto na dinâmica do desencobrimento. Em si mesmo, o descoberto já é de essência protetora. Tal nos mostra o bruxulear da [...] e sua vigência arrebatadora, que sempre remetem para a ausência, para o desaparecimento, para a exclusão.⁹⁷

Tal entendimento possibilita discriminar o ente através de uma concepção segmentada. Desde o ideal estilístico imaginado por aquele que o projetou, até o material edificado, para além dos reflexos deixados pela passagem temporal na estrutura. Logo, o monumento se mostra ao mundo de várias formas desde a sua criação.

⁹⁷ HEIDEGGER, 2008, p. 191 - 192.

Ao se perceber os vários processos, estilos, que um monumento pode assumir desde a sua concepção. Surge o questionamento quanto a possibilidade de se elevar, uma dessas supostas amostras do desencoberto, elencando-a como o “ente” que possibilitará o estudo da essência.

Ocorre que tal interpretação fragmentada do conteúdo essencial destoa da concepção metafísica defendida por Parmênides. A qual possuí como norte o indivisível, contínuo, imutável e eterno. Assim, não há como se delimitar o ente a um simples aspecto estilístico. Vez que a forma como esse se mostra ao mundo é indiferente – ao mesmo tempo que acrescenta ao conteúdo essencial –. Entendendo que a mudança em si é uma constante de sua matéria.

Os entes procedem dos entes projetando-se em entes. Somente esta progressão “é”. Mas somente “é” no esquecimento do próprio “é” e de sua essência. Esta progressão ilimitada de entes, um depois do outro, e um no outro, é tomada como “o ser”.⁹⁸

Assim, pode-se inferir que todas as alterações que um monumento sofra, ou venha a sofrer, desde a sua edificação, crescem ao ente. De modo que esse contempla todas as possíveis alterações no estilo e estrutura. A possuir caráter uno.

Ainda, há de se observar que outras variáveis atingem aos monumentos para além do mero aspecto estilístico. Como o histórico e relacional. Assim, enquanto o ser ultrapassa a barreira estética, não importando a forma como o monumento foi, é ou será, a contemplar todas mudanças. Para além da passagem histórica representada e demarcada em sua superfície. Ouso inferir que o ser é condicionado ao contato humano, sendo uma impressão da humanidade. De forma em que o monumento é uma fonte direta da história da humanidade, possuindo em si as marcas deixadas pelo tempo e pela apropriação da comunidade a qual pertence – marcas que evidenciam o grupo no qual inserido está –.

O ser, o “é” de um ente, jamais está plantado no solo dos entes, como se o ser pudesse ser extraído dos entes e estivesse sobre eles como sobre seu fundamento. Somente os entes vistos em relação aos entes são plantados no solo. Ser, que jamais é plantado no solo, é o sem-chão, o que, naturalmente, somente por ser calculado a partir dos entes, mostra-se como uma carência, na qual nos encontramos sem suporte em nossa corrida sem sustentação pelos entes.⁹⁹

⁹⁸ HEIDEGGER, 2008, p. 217.

⁹⁹ HEIDEGGER, 2008, p 214 - 215.

Desse modo, destaca-se que o monumento, sob o aspecto de ente, atravessa a barreira temporal. A contemplar em sua essência todas as possíveis realidades. Porém, a apropriação das alterações em si e, em aspecto social, que atuam sobre o monumento assumem caráter imóvel e imutável. De forma que, de qualquer partícula do conteúdo edificado se é possível extrair todas as mudanças, experiências, histórias e usos sociais. Justificado pelo fato de que não é o tempo que altera o monumento, mas o monumento que, em seu aspecto ontológico, contempla-o desde sua criação.

Porque é assim, isso somente pode ser entendido e pensado com base na essência [...], na medida em que esta vige de antemão através da essência do próprio ser, através da essência da divindade e da essência da humanidade, e através da essência da relação do ser com o homem e do homem com os entes.¹⁰⁰

Logo, da sobreposição da ontologia formulada por Parmênides sobre o patrimônio edificado pode-se extrair que o monumento, na condição de ente, observa e contempla tudo o que há de o influenciar desde a sua criação. Havendo de se pensar um entrelaçamento entre o passado, presente e futuro. A possuir capacidade de representar toda a história que o transpassou.

Sendo assim, há de se inferir que o conteúdo ontológico de um patrimônio edificado se apresenta a partir da sobreposição dos tempos, em seu aspecto histórico e na ligação afetiva que atribui significado a coisa. Concebendo-o a partir de uma unidade capaz de contemplar o “todo”¹⁰¹. Logo, o ser se mostra através do ente. De forma em que o ser se apresenta no produto da ligação afetiva e histórica que envolve o monumento para com a sociedade civil, justificado pelo fato dessa estrutura social ser a destinatária original do monumento.

5.2 O SER SEGUNDO HERÁCLITO

Como pensador originário, Heráclito, pensava o conteúdo essencial. Enquanto que na condição de precursor do estudo da *arché* das coisas, esse elevou seus

¹⁰⁰ Ibid., p. 162.

¹⁰¹ Por “todo” entende-se todas as formas como um monumento se apresenta desde sua construção.

escritos, a matéria essencial. Razão pelo qual é equivocadamente conhecido como o obscuro.

Heráclito apenas tem “fama” de obscuro, fama aliás facilmente atribuída a um pensador. Cícero esclarece a obscuridade do pensador como um encobrimento intencional de seus próprios pensamentos. Hegel recusa o esclarecimento de Cícero e o substitui por outro, que fundamenta a obscuridade na insuficiência sintática da linguagem primitiva. No entanto, temos assimilado gradualmente o ponto de vista que o “primitivo” dos pensadores antigos não é falta de cultura ou de cuidado, mas sim o primário que caracteriza o originário e a sua respectiva simplicidade. A linguagem dos pensadores originários possui a nobreza do originário. A palavra recolhe-se na origem do dizer.¹⁰²

A propiciar a compreensão de que a própria forma qual o conteúdo de seu pensar materializa-se reflete a origem da matéria ontológica. A inferir que a dificuldade de se objetificar, sistematizar, explicar o ser; se justifica pela insensibilidade a discussão da matéria essencial. Porém, o olhar superficial sobre os entes não se pauta na descrição sensibilizada. De modo que “O questionamento pensante e o saber questionar no modo dos pensadores já é, em si mesmo, um saber original.”¹⁰³:

Heráclito é o “obscuro” porque ele pensa o ser enquanto o que se vela e tem que pronunciar a palavra de acordo com o que assim se pensa. A palavra do pensamento originário abriga o “obscuro”. Uma coisa é abrigar o “obscuro”, uma outra é tropeçar no obscuro como um limite.¹⁰⁴

Diferente de Parmênides, seu contemporâneo, Heráclito aponta para aquilo que entende como o conteúdo do ser, ou seria a origem do desencobrimento, ao observar a relação entre os opostos.

Chamamos essa essência de clareia (Lichtung), palavra única, mas ainda não pensada. No sentido de abrigar abrindo e clareando, a clareira é a essência originária que se vela na *ἀλήθεια*. Este é o nome grego para dizer verdade, mas para os gregos significa desencobrimento e des-cobrimento. Na essência escondida da *ἀλήθεια*, *φύσις* (natureza) e *φῶς* (luz) trazem o fundo da unidade velada de sua essência. Deve-se observar que, embora sem possuir a menor ideia sobre o nexos essencial acima referido entre *φύσις* e *φῶς*, a linguagem moderna chegou a reconhecer que as palavras *φύσις* e *φῶς* são a mesma palavra. Mas o conhecimento linguístico não é prova de nada. Isso porque não passa de apêndice e consequência de opiniões tecidas com base em nexos de essência assumidos de forma inconsciente e irrefletida. Artêmis é a deusa da aurora, da luz, do jogo. Seu sinal é a lira que

¹⁰² HEIDEGGER, 1998, p. 41.

¹⁰³ Ibid., p. 64.

¹⁰⁴ Ibid., p. 47.

aparece em forma do arco. Para o grego, arco e lira são o mesmo. A lira – agora o arco – lança a flecha. O arco traz a morte. Entretanto, as mortes arremessadas pelas suas flechas são as mortes “súbitas”, as mortes “suaves” e “amáveis”. A deusa da aurora, do jogo e da luz é também a deusa da morte, como se o que é claro, o que joga e o que surge fossem como a morte. Surgir, iluminar-se, jogar e tocar caracterizam, sobretudo, o vigor essencial da ζωή (“vida”) do ζῶν (“vivo”). Nossa palavra “vida” possui um significado tão sobrecarregado pelo pensamento cristão e moderno que não diz mais nada do que os gregos entendiam por ζωή e ζῶν. Embora nossa palavra “vida” seja apenas uma tradução indeterminada e confusa da palavra grega ζωή, ainda podemos pensar, nessa palavra, que “vida” é uma contraposição à morte. Como pode a deus da iluminação, do surgimento e do jogo ser ao mesmo tempo a deus da morte, ou seja, do sinistro, do crepúsculo, da rigidez? Vida e morte são contrários. Mas o contrário é o que da rigidez? Vida e morte são contrários. Mas o contrário é o que mais atrai para o que o contraria. Onde vigora o contrário dá-se a luta, a εἰς. Para Heráclito, que pensa a luta como a essência de ser, a deusa do arco e da lira, Artemis, é a mais próxima.¹⁰⁵

Ao estudar a transmutação entre forças consideradas opostas, observou-se uma relação de dependência e completude entre sistemas – superficialmente – antagônicos. Entendendo que o emergir do ser é proveniente da tensão entre opostos. Seja tensão no sentido de propiciar o equilíbrio ou de gerar uma luta entre contrários. Sendo o ser proveniente da própria força “tensional”.

Tocamos no essencial sempre que nos deparamos com o que aparentemente é de todo irreconciliável e, em si mesmo, contrário. O obscuro e o claro se pertencem numa mutualidade. E isso não no sentido de que onde existe o obscuro também deve haver luz por toda parte, e vice-versa. Mais do que isso, o obscuro “é”, em sua essência, o claro, e o claro “é”, em sua essência, o obscuro.¹⁰⁶

Logo, o emergir do ser implica e provém de transformações. Ao advir através processos mutáveis, o ser é em seu aparecimento fugaz¹⁰⁷. A medida em que aparece e desaparece na mesma velocidade¹⁰⁸. A contemplar o vir-a-ser, ser e ente.

Porque o ser é a proveniência graças à qual o ente é, como tal, o ser em relação a cada ente é, para Platão e Aristóteles [...] o que toca a totalidade e, sobretudo, cada ente. [...] Pensa o ser enquanto aquilo a partir de onde surge todo ente. Frente ao ente o ser já “é”, portanto, sempre o “mais antigo”. Ao se

¹⁰⁵ HEIDEGGER, 1998, p. 32 - 33.

¹⁰⁶ Ibid., p. 48.

¹⁰⁷ “O surgimento admite o declínio, no sentido de que o “surgimento” desaparece nesse meio tempo. Assim, ao entrar em declínio não existe nada mais que estabeleça contradição ou que seja incompatível. Segundo o fragmento, porém, o surgimento não desfaz o declínio. O surgimento é em si declínio, a ponto de favorecer-lo.” Ibid., p. 129.

¹⁰⁸ “A sua essência a revela precisamente n surgimento enquanto encobrimento”. Ibid., p. 151.

pensar o ser, representa-se o ente naquilo que ele já foi [...] o ser enquanto aquilo que já é no ente, ou seja, “o que foi”.¹⁰⁹

Logo, o ser é no particípio. Quando pensasse que desencobre, em verdade já se encobriu, restando o contato com o ente. O aparente (ente) é sensível aos olhos. Enquanto que o ser se encobre no movimento de formação do ente. Logo, não somos sensíveis a captação do ser, vez que seu movimentar transcende aquilo que nos é perceptível. O ser é, e não é¹¹⁰. É transitório¹¹¹. Existindo sempre no passado em razão do “surgimento já é em si mesmo declínio, encobrimento”¹¹².

5.2.1 Sobreposição da teoria ontológica de Heráclito sobre o monumento

Heráclito pensava o ser enquanto força que impulsiona a mudança. A tensão entre energias opostas. Quando se pensa em monumentos, existem energias de cunho construtivo e destrutivo. De forma em que o ser “é” no ímpeto que leva e mutação da matéria, no sentido literal. Vez que a matéria edificada sofre diversas mutações desde sua projeção e posterior construção. Logo, “a livre emergência é a própria origem: a origem “do” ser como o ser.”¹¹³

De forma em que o ser é no declínio, e por declínio entende-se as mutações que a matéria venha a sofrer, seja em seu conteúdo material ou simbólico – relacionado a concepção de terceiros sobre o monumento –. A compreender que as alterações estilísticas, o uso do monumento e a relação para com a sociedade que o rodeia, não desqualificam a sua condição de ser. Mas propiciam o seu surgimento. Pois “enquanto um adentrar o encobrimento, o declínio é, ainda e sempre, um surgimento”¹¹⁴.

¹⁰⁹ HEIDEGGER, 1998, p. 72.

¹¹⁰ “É o que não aparece em todo aparecer. Isso não é, de modo nenhum, “o invisível”, como traduzem – erroneamente – as já referidas traduções filológicas. [...] Não é invisível. Ao contrário, é justamente o que se vê originariamente, embora, de imediato e na maior parte das vezes, seja o que, propriamente nunca se deixa visualizar. À guisa de explicitações, tomemos um exemplo de um âmbito restrito. De pé num cômodo, vemos “o espaço” mas não conseguimos visualizá-lo. O que visualizamos é a disposição da mobília e tudo mais que no cômodo se mostra como objeto. Assim também, quando olhamos o relógio vemos “o tempo”, mas não o visualizamos”. Ibid., p. 155.

¹¹¹ “O ente, e a segurança, o ser, constituem o sempre transitório, que apenas “é” para ser superado evaporando-se, necessariamente, no fogo da vontade de poder. Ibid., p. 116.

¹¹² Ibid., p. 129.

¹¹³ Ibid., p. 143.

¹¹⁴ Ibid., p. 166.

De modo bem diverso, pensamos as palavras “declinar”, “declínio”, na acepção pura e simples de um desaparecimento indeterminado. “Declinar” é para nós cair, decair, aniquilar-se. “Declinar” é passar para o que não é mais. Vitória ou declínio – ser ou não ser. Mas, pensando de modo grego, no sentido de “adentrar o encobrimento”, “declinar” não é, de modo algum, não mais ser e não ser. Pensado de modo grego, ou seja, experimentado originariamente no sentido de adentrar o encobrimento, “declinar” é bem mais “um” ser, ou até mesmo o ser. Declinar é tornar-se encoberto, é um encobrimento.¹¹⁵

Nesse sentido, ao se paralisar o monumento em determinada condição ou estado impede-se a vigência do ser. Razão pela qual processos restaurativos, sob o entendimento acerca da matéria essencial de Heráclito, devem ser pensados de modo a permitir a transmutação do ser. Entendendo a mudança como elemento essencial da constituição de um monumento, ainda que de forma controlada.

O conteúdo essencial é proveniente do próprio espaço que propicia o vir-a-mudar. A estruturar a análise ontológica através do estudo dos tempos para maturação: o que vai ser, o que é e, o que se mostra. Sendo o apar(ente) um produto do desencobrimento do ser.

O que aparece no surgimento é o próprio ente. O surgimento tem “predomínio” porque advém no que aparece, no que vigora, no ente. Vendo-se a partir dos entes, advém naturalmente no ser em cujo desponar, e somente funda-se no privilégio do ente.¹¹⁶

De modo em que o monumento, em seu aspecto material, se mostra na condição de ente. Logo, a percepção e o contato que havemos de ter para com o patrimônio edificado apenas ocorre para com o ente¹¹⁷.

Porém há de se inferir que o estímulo afetivo provocado pelo ente material provém da memória do ser. Ainda que o ser seja discreto em seu aparecimento. “A questão “o que é ente?” não exige nenhuma informação sobre este ou aquele ente, mas sobre o ser.”¹¹⁸

¹¹⁵ HEIDEGGER, 1998, p. 66 - 68.

¹¹⁶ Ibid., p. 170.

¹¹⁷ “Nas múltiplas colocações e cegamente é sempre o ente e, por isso, quando de repente se coloca a questão do ser e de sua verdade de forma inteiramente diversa, o ouvido não consegue lhe dar acolhida, porque esse ouvido só escuta o que fala para si mesmo.” Ibid., p. 91.

¹¹⁸ Ibid., p. 87.

De forma em que “essencial não é o compartimento em si, mas a opinião elaborada na perspectiva do compartimento, porque domina a relação dos homens para com os entes.”¹¹⁹ Logo, a relação para com os monumentos se dá pelo conteúdo essencial assim como o conteúdo essencial é proveniente da relação. De forma que a espontaneidade na mudança possui fatores externos, dentre eles os sujeitos que contemplam o objeto e o tempo, como delimitador indireto. Uma vez que o impulso gerador da modificação e ressignificação – responsável pelo aparecimento do ente, nos monumentos – é ocasionado fatores externos a coisa.

Sendo a relação do monumento para com a sociedade uma constante, assim como a transformação da matéria, extrai-se a percepção de que esse é e não é, a prolongar tal sequência no tempo. O ente está em constante transformação e é esse ímpeto transformador que possibilita o desencobrimento do ser. De forma que “O que declina é um ente, é algo que é. Segundo a representação corrente de ser, se não fosse um ente jamais poderia declinar, seria em vão. Como processo de perda do ser e na perspectiva do que, sendo, ainda declina.”¹²⁰

Enquanto que o ser, apesar de sofrer o impacto proveniente da fluidez da matéria, “é”¹²¹. De forma que o ser é decorrente da tensão entre forças de construção e desconstrução, provém da transformação do monumento (ente). Mas sendo transformado, o ser permanece em razão da relação com a sociedade em que está inserido, inclusive qual relação é fator indireto de transformação.

5.3 O ENCONTRO DO SER DO MONUMENTO PARA COM AS TEORIAS DA RESTAURAÇÃO

Após apontamentos acerca da epistemologia ontológica formulada pelos pré-socráticos, Parmênides de Eleia e Heráclito de Éfeso – a partir da interpretação de Martin Heidegger –, aplicada a matéria edificada, observou-se pontos de intersecção

¹¹⁹ HEIDEGGER, 1998, p. 147.

¹²⁰ Ibid., p. 112.

¹²¹ “A palavra como a saga do a-se-dizer. Mas somente porque a palavra não se funda na articulação dos vocábulos, somente porque a palavra não se funda na articulação dos vocábulos, somente porque toda articulação da palavra como tal apenas é o que é, ecoando na palavra originária e calada, somente por isso, e mesmo quando os vocábulos se desintegram nos escritos e nos livros, é que a palavra pode permanecer. Ibid., p. 40.

nas especulações acerca do conteúdo essencial existente nos monumentos em ambas correntes filosóficas.

A convergência nas abstrações é decorrente da figuração do conteúdo entendido como “ser” sobrevir de fatores externos, ou seja, através da relação de sujeitos para com o ente edificado, a qual é capaz de elevá-lo a condição de monumento.

A partir do entendimento formulado por Parmênides extrai-se que o ser se mostra através do ente. De modo que o ente se apresenta na estrutura arquitetônica em si – aquela que se mostra naturalmente, a possuir todas as intervenções intencionais e não intencionais, capaz de representar todos os tempos em sua constituição presente –. Possibilitando inferir que o ser provém do domínio – intencional ou acidental – dos entes¹²². De modo em que o ser compreende o produto da ligação afetiva que envolve as edificações para com a sociedade. Logo o ser consiste no sentimento capaz de elevar um ente edificado a condição de monumento cultural.

Enquanto que a partir da ontologia formulada por Heráclito conclui-se que o “ser” do monumento é na transformação da matéria edificada¹²³. Neste interim o ente se mostra ao expectador. Porém o esmero que se tem para com o ente edificado provém do ser¹²⁴. De forma em que o ser, ainda que mutável, se torna constante em razão do apreço da sociedade para com o monumento.

Assim, evidencia-se que os monumentos são produto do relacionamento interpessoal para com e, na sociedade a qual está inserido.

Segundo o princípio fundamental da metafísica moderna, criamos todos os entes (e assim o ser) a partir da experiência de nosso próprio eu? [...] Como se concebe tudo a partir da “vida”, todos os objetos constituem objetos “vivenciados” e o relacionamento com o mundo é, conseqüentemente, uma vivência.¹²⁵

¹²² “Em todo o comportamento humano em relação ao “tempo”, este se torna um “fator”, isto é, um “trabalhador” que “trabalha” “contra” ou “a favor” do homem, ou seja, “contra” ou “a favor” do cálculo, por meio do qual o homem faz planos para dominar os entes e assegurar-se neles.” HEIDEGGER, 2008, p. 203.

¹²³ “Mas o que é a palavra “é”, senão uma derivação da palavra “ser”?” Ibid., 1998, p. 75.

¹²⁴ “Essencial não é o compartimento em si, mas a opinião elaborada na perspectiva do compartimento, porque domina a relação dos homens para com os entes.” Ibid., p. 147.

¹²⁵ HEIDEGGER, 1998, p. 104.

Desse modo, o ser de um monumento, aquilo que se deve objetificar proteger através de procedimentos de preservação e restauro assegurado pelo Direito Humano ao Patrimônio Cultural – entendido pela convergência entre a aplicação da ontologia elaborada pelos pré-socráticos – seria a própria relação para com a sociedade na qual está inserido. Devendo-se proteger as impressões deixadas pela sociedade na matéria edificada.

Sob esse escopo, cada Teoria que pensa a matéria acerca da preservação e restauro deixa sua contribuição. Quando se trata do Restauro Estilístico, sua execução busca materializar o ápice arquitetônico do monumento existente no imaginário social.

Enquanto que nas Teorias Anti-intervencionistas, o monumento atinge um estado sagrado através do contato direto da estrutura física com as gerações de indivíduos que o utilizaram. Assumindo que a existência das marcas atribuídas pelo tempo e pelo contato direto da matéria edificada para com a sociedade, são responsáveis por elevar a estrutura material a uma existência única, a qual desenha e replica fatos. Tais marcas são entendidas como epopeias materializadas, as quais narram fatos por si só e, a impossibilidade de reprodução dessas marcas eleva o monumento. Assim, tais marcas atribuídas pelo tempo podem ser interpretadas sob a perspectiva de orações que elevam a estrutura a seu maior alcance estilístico – vez que esse alcance é atribuído pela capacidade de replicar os fatos – mantendo uma aura quase que sagrada sobre a coisa. Abstraindo-se o significado de que o patrimônio só há de ser em razão da história e dos fatos que o envolveu.

Já o Restauro Filológico tem por sentimento impulsionador evitar a destruição da coisa em respeito aos fatos que o monumento ambientalizou, atuando como gatilho memorial. Logo, o ente edificado é elevado pela socialização, devendo as alterações que registram a passagem temporal serem protegidas pelo ato de restauro. Assim se pode abstrair que a essência não é inerente a coisa em si, mas é atribuída pelo olhar de terceiro. Assim, atos restaurativos hão de considerar ambos os percursos – estético e histórico – relevantes. De modo que, tal jogo de olhares – o indivíduo olha a coisa e a coisa olha para o indivíduo – provoca uma relação íntima do monumento com a sociedade, a lhe comunicar todos os fatos, conhecimentos, técnicas e histórias que o envolve.

Ao tempo que o Restauro Histórico, considera o relacionamento do ente edificado para com a sociedade, porém o desconsidera no ato de restauro. Entendendo que o monumento deve ser recuperado a sua forma original.

O Restauro Científico entende que as marcas do tempo e, do uso, fazem parte da construção da obra como ser, logo, as respeita no ato de restaurar, visando conservar o valor cultural. Não se fala em restauração com o intuito de restituir ao estado primitivo, mas em conservar mantendo o aspecto atual – o qual contempla todas as fases do monumento –.

No que diz respeito ao Restauro Crítico, esse entende que o ente edificado é elevado a condição de monumento ao ser reconhecido como obra de arte e que a obra de arte sim é objeto de restauração. Uma vez que observa aquilo que eleva o ente edificado a condição de obra de arte é o contato humano. Assim, o restauro deve se dar com o intuito de impedir que a obra de arte pereça. De forma que:

A obra de arte é em primeiro lugar uma resultante do fazer humano e, como tal, não deve depender de seu reconhecimento das alternativas de um gosto ou de moda, impõe-se, no entanto, uma prioridade da consideração histórica com respeito àquela estética. Na qualidade de monumento histórico, deveremos, pois iniciar a consideração exatamente do limite extremo, ou seja, daquele em que o selo formal impresso na matéria possa estar prestes a desaparecer e o próprio monumento, quase reduzido a um resíduo da matéria de que foi composto, Devemos, isto é, examinar as modalidades de conservação da ruína.¹²⁶

Nesse sentido Alois Riegl – base do Restauro Científico e Crítico – no livro “O culto dos modernos”¹²⁷ diferencia os monumentos em intencionais e não-intencionais. Entendendo por monumentos não-intencionais aqueles cujo valor é atribuído posteriormente à sua construção.

Arraigado nos valores da memória, ou seja, a obra será considerada, sob esse ponto de vista, como monumento não volível. Devemos esclarecer que esse valor de memória não é relacionado à obra em seu estado de criação, mas à representação do tempo transcorrido desde a sua origem e que revela traços de antiguidade. Se a concepção dos monumentos “históricos” frente aos “volíveis” pode ser classificada como subjetiva, apesar de tratar-se de um objeto sólido.¹²⁸

¹²⁶ BRANDI, 2016, p. 65.

¹²⁷ RIEGL, 2014.

¹²⁸ Ibid., p. 37 - 36.

Logo, o que deve ser protegido, conservado e restaurado, com maior ênfase, nos monumentos é a “representação do tempo transcorrido desde a sua origem”, uma vez que essa representação contempla as marcas proveniente da sociabilização. Desse modo ao se proteger, conservar e restaurar visa-se a apresentação da passagem temporal no objeto edificado, apresenta-se o ser do patrimônio cultural edificado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo das minuciosidades acerca do Direito Humano ao patrimônio cultural, constatou-se que o objeto jurídico de sua proteção é a memória coletiva. Tal percepção se dá uma vez que o reconhecimento de algo como Direito humano tem por finalidade viabilizar a convivência coletiva. Sendo o Direito Humano ao patrimônio cultural um direito de solidariedade, esse tem por finalidade proteger o homem das ameaças provenientes do progresso técnico.

Ao se reconhecer o patrimônio cultural como Direito Humano, preserva-se fatores culturais a serem transmitidos às futuras gerações. De forma que bens culturais apenas são entendidos como patrimônio quando há finalidade de transmissão cultural. Logo, o objeto jurídico guarnecido é a memória coletiva, vez que a transmissibilidade de uma memória compartilhada conecta os indivíduos de uma dada sociedade, a possibilitar o reconhecimento desse como membro da coletividade.

Nesse sentido, eleva-se um ente edificado a condição de patrimônio em razão da capacidade desse evocar sentimentos e sensações. Uma vez que o espaço é transformado pelo contato humano, apresentando em sua constituição física marcas relacionais e elementos simbólicos, os quais hão de contribuir para a coesão social. Razão pela qual a existência de patrimônios é essencial para a vida em sociedade.

Ocorre que os monumentos edificados, em se tratarem de artefatos, sofrem impacto proveniente da ação do tempo. O qual – ainda que tenha cunho destrutivo – implica em transformação e evolução da matéria, uma vez que a matéria absorve aquilo que a permeia. A resguardar potencial ontológico.

Constatada arbitrariedade no agir temporal sobre artefatos e a elevação do monumento ao *status* de patrimônio, em razão de capacidade desse contribuir para o viver em sociedade. Há de se ponderar as Teorias que pensam a conservação e restauro desses entes edificados, visando a promoção do objeto jurídico do Direito Humano ao patrimônio cultural.

Porém, a análise dessas teorias observou as filosofias que embasam, motivam ou aquilo que busca resguardar no ato de restauro, não se pautando no puro tecnicismo. Sendo verificado, de forma uniforme entre as teorias, a existência de um elemento relacional, uma vez que a “deterioração” – transformação – na constituição

física do ente edificado é proveniente da apropriação direta e/ou indireta pela sociedade a qual pertence.

Assim, observou-se que o pensar a preservação ou restauro de monumentos tem por ponto crítico o respeito as modificações provenientes da socialização. No sentido de que cada teoria elege um auge estilístico alvo de proteção, o qual, pode vir a contemplar as marcas do agir temporal, ou não; discutindo-se inclusive possível reconstituição ao estado original ou a observância das marcas do agir temporal e social.

Constatada uma ontologia existente nos monumentos busca-se identificá-la de forma precisa. Pois conhecendo onde, ou no que, essa se resguarda, é possível objetificar o conteúdo a ser conservado ou o objeto do ato de restauro. Uma vez que o propósito direto do ato – de conservar ou restaurar – é a preservação do conteúdo ontológico.

Nesse sentido, a metafísica desenvolvida pelos filósofos pré-socráticos é instrumento para a discussão ilustrativa que busca reconhecer o conteúdo essencial de um patrimônio edificado. Em especial, a análise se deu sob a ótica do pensamento ontológico desenvolvido pelos pensadores primordiais Heráclito de Éfeso e Parmênides de Eleia, os quais se debruçaram a pensar o conteúdo do ser e o não-ser.

Ao se sobrepor a ontologia formulada pelos filósofos pré-socráticos à matéria edificada constatou-se que independente da corrente teórica utilizada nas especulações acerca do ser existente nos monumentos, esse sempre provém de fatores externos, o qual foi entendido no estudo em questão como proveniente do conteúdo relacional dos sujeitos para com o ente edificado.

Constatação que possibilitou inferir que o conteúdo essencial existente nos monumentos decorre do contato da sociedade para com o ente edificado. Logo, o conteúdo ontológico existente nos monumentos é resultado da vivência e do uso do objeto edificado pela sociedade na qual está inserido.

De forma que o objeto a ser conservado e, em alguns casos, alvo de procedimentos de restauro, é aquele que contempla em seu conteúdo material as marcas provenientes da sociabilização.

Sendo assim, o conteúdo resguardado pelo Direito Humano ao patrimônio cultural, na forma de artefatos, através de conservação ou atos de restauro, deve

observar as transformações provenientes da sociabilização da sociedade para com o ente edificado. Uma vez que as marcas temporais sob o objeto são símbolos do viver em sociedade, as quais deverão ser respeitadas em qualquer procedimento técnico uma vez que contemplam o ser de um monumento.

Logo, sob a ótica de patrimônio, a proteção ao perecimento dos monumentos, na forma de conservação e restauro, não tem por finalidade – ou não deveria ter – a imobilização do objeto em uma unidade estilística. Mas sim, em uma forma que permite reconhecer as marcas do agir temporal e social sobre o monumento, pois o conteúdo ontológico é evidenciado por essas marcas. Assim, o fundamento para preservação dos monumentos é o potencial que esse tem para agir sobre a sociedade, instigando um senso de coletividade e, manutenção da coesão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Traduzido por Paulo Mugayar Kühl. Beatriz Mugayar Kühl. Cotia. São Paulo: Ateliê, 2016.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 4 ed. Traduzido por Beatriz Mugayar Kuhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2016.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Restauração**: diálogos entre teoria e prática no brasil nas experiências do iphan. 174 f. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS HUMANOS, Viena, 1993.

DE HIPONA, Agostinho. **Confissões**.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Traduzido por Eduardo Brandão. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

De VENEZA, Congresso de 1964. CARTA DE VENEZA 1964 – CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 11.

FERREIRA, Camila Corsi. Interlocuções entre a prática de restauração de Luís Saia e as teorias de restauro: São Paulo, 1937-1975. 282 f. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015 apud RIVERA, Javier. **Restauracion Arquitectonica desde los Origenes Hasta Nuestro Dias**. Conceptos, Teoria e Historia. In: Teoria e Historia de la Restauracion, tomo 1, MRRP, Editora Munilla:Leria, 1997.

FRIER, Pierre Laurent, **Droit du patrimoine**. 1 vol. Paris, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Laurent Léon Schaffter. Paris: Vétice, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Parmênides**. Traduzido por Sérgio Mário Wrublevki. Bragança Paulista. Petrópolis: São Francisco. Vozes, 2008.

HEIDEGGER, Martin. **Heráclito**. Traduzido por Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro: Relume, 1998.

HEIDEGGER, Martin. **Que é metafísica**. Conferências e escritos. São Paulo: Abril Cultural. 1979.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. Traduzido por Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1997.

KUHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni**. Textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013

KÜHL, B. M. Notas sobre a Carta de Veneza . **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539> >. Acesso em: 13 abr. 2021.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Traduzido por Rebecca Scherer. São Paulo: HUCITEC/edusp, s/d.

LE MOS, Carlos A. C.. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: brasilense, 2010.

LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. United Kingdom: Cambridge, 1998.

LUSO, Eduard; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. **Breve história da conservação e restauro**. Departamento de Engenharia Civil (DEC) Universidade do Minho, Braga, Portugal, Maio de 2004.

MIGUEL, Ana Maria Macarrón. **Historia de la conservación y la restauración**: desde la antigüedad hasta finales del siglo XIX. Madrid: Tecnos, 1995.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008, p.33 apud SOARES, Inês Virgínia Prado & QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória (ou Sítios de Consciência). **Dicionário de direitos humanos**. Disponível em: <<https://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Lugares%20de%20mem%C3%B3ria>>. Acesso em 19.04.2021.

OLIVEIRA, T. D. DE; MUSSI, A. Q.; ENGERROFF, F. Z. A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano. **Revista Missioneira**, v. 22, n. 1, p. 24, 15 ago. 2020.

PATRIMÔNIO. In: MICHAELIS. Disponível em: <<http://http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=patrim%C3%B4nio>>. Acesso em 4 mar. 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Traduzido por Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Zeferino. Heráclito de Éfeso, filósofo do Lógos. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**, v. 7, n. 4, p. 7 - 31, 2004.

Rousseau, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução Odete Dourado. Salvador: Pretextos. 1996.

RUSKIN, John. **The Stones of Venice**. London: George Allen, Library Edition, v. 3, 1904, p. 171 apud AMARAL, Cláudio Silveira, FILHO, Régis Alberto Guerini. Sergio Ferro e John Ruskin: Crítica ao processo produtivo da arquitetura. **Vitruvius**, 202.04, teoria, ano 17, mar. 2017. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.202/6487#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20conceito,corpo%20e%20alma%20no%20trabalho.&text=%E2%80%9CInsisto%20para%20que%20o%20homem,muitas%20vezes%20n%C3%A3o%20e%20star%20nele.>>>. Acesso em: 24 abril 2021.

VARINE-BOHAN, Hugues. **A experiência internacional**: notas de aula. São Paulo: FAU-USP, 1974.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. Cotia. São Paulo, Ateliê, 2000.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Traduzido por Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Volume 1, 3ª ed. Brasília: UnB, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1961.